ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 025

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Audiência Pública.

Esta Audiência Pública foi solicitada pela Mesa Diretora, com o objetivo de discutir a LDO.

Convido para compor a Mesa: Deputado Zeca D'Ávila, Vice-Presidente; Deputado Alencar Soares, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Deputado João Malheiros, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária; Deputada Verinha Araújo; Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Yênes Jesus de Magalhães; Secretário Auditor-Geral do Estado, Sírio Pinheiro da Silva.

Registro a presença do Sr. Arnaldo Alves de Souza, Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento; do Dr. Marcel de Souza Cursi, Secretário Adjunto de Política Econômica da SEFAZ; do Sr. Yênes de Castro, Ordenador da Dívida Pública da SEFAZ; da Sr^a Vanete de Almeida, Assessora Executiva de Gasto Público da SEFAZ; do Sr. Luiz Gonçalo Pereira, Gerente da Dívida Pública da SEFAZ; do Sr. Wagner Costa Monte, Gerente de Informações Contábil da SEFAZ; do Sr. Jonil Vital, Assessor de Pesquisa Econômica Aplicada da SEFAZ; e do Sr. Félix Benedito Fernandes, Agente da Área Instrumental do Governo.

Convido o Secretário de Planejamento, Sr. Yênes Jesus de Magalhães, para fazer uso da palavra e fazer a exposição.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Presidente desta Casa, Deputado Silval Barbosa; Deputado Zeca D'Ávila, Vice-Presidente da Casa; Deputado Alencar Soares, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Deputado João Malheiros, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária; Deputado Zé Carlos do Pátio e Deputada Verinha Araújo, boa-tarde!

Nosso parceiro de trabalho, o Dr. Sírio Pinheiro, Auditor-Geral do Estado; quero cumprimentar todos os servidores da Secretaria de Planejamento, em nome do nosso Secretário Adjunto Arnaldo Alves; e os funcionários, técnicos da Secretaria de Fazenda, em nome do nosso Secretário Adjunto de Política Econômica da SEFAZ, Marcel Cursi.

Presidente Silval Barbosa, na verdade, eu quero aproveitar esta oportunidade... Nós estamos mudando um pouco a sistemática da apresentação da LDO. Nos outros anos, sempre ficavam alguns questionamentos com relação à condução da LDO, principalmente para as pessoas que estão aqui que não sejam do Governo do Estado, ou para quem está nos assistindo, fica difícil entender o que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o que realmente é a base legal. Em cima disso, nós dividimos em seis partes. Nós teremos normas legais e os objetivos da LDO, apresentados pela nossa Superintendente de Políticas Públicas, Regiane. Depois, o processo de elaboração da LDO,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

também a sua base legal, como que é elaborado, como que o Estado começa a elaboração, os prazos, a estrutura da LDO, como está composta, os capítulos que vêm constando, com as novidades que estamos trazendo. Na projeção da receita pública, nós pedimos auxílio da Secretaria de Fazenda - o Dr. Marcel deverá fazer a apresentação da projeção da receita para 2007. As metas e riscos fiscais ficaram com os técnicos da Secretaria de Fazenda, o Wagner e a Inês. Por fim, metas e prioridades do Governo que os Srs. Deputados aprovaram no PPA 2004/2007, onde nós propusemos fazer acompanhamento de 11 programas prioritários. Esses 11 programas prioritários, podemos dizer, abarcam algo em torno de 90% da estrutura do Estado, de pessoal, de recursos, Estradeiro, Meu Lar, Escola Atrativa, saúde, segurança... Ele acaba abarcando 90% de toda a estrutura do Governo.

Eu quero também aproveitar, Presidente Silval Barbosa, para dizer que no dia 30 de maio nós cumprimos o prazo estabelecido por lei para entrega da LDO à Assembléia Legislativa. No mesmo dia 30, quando entreguei a Vossa Excelência a LDO, na parte da tarde, o Tribunal de Contas aprovou uma nova resolução, estabelecendo critérios para as leis que tratam do orçamento do Estado. Foi aprovada no dia 30. Enquanto eu entregava a Vossa Excelência aqui, eles aprovavam uma resolução nova lá, que já foi publicada e entrou em vigor a partir do dia 31. Mas eu, o Secretário Waldir Teis e o Secretário Sírio Pinheiro estivemos reunidos com o Presidente Novelli e o Corregedor daquela Casa, Sr. Valter Albano, no sentido de dizer que mesmo que a resolução tendo sido publicada um dia depois do encaminhamento que nós demos a esta Casa, cumprindo a lei, nós estávamos tomando todas as providências para nos adequarmos às solicitações. Já reivindicamos uma reunião dos nossos técnicos do Governo com os técnicos daquele Tribunal. Algumas sugestões feitas por eles, como recomendação a esta resolução, já estão contidas na LDO, como a questão específica dos fundos, que nós vamos ter um capítulo. A Regiane vai apresentar o capítulo exclusivo de fundos.

Então, eu só quero aproveitar a oportunidade para dizer que como o Tribunal de Contas é um órgão de assessoramento direto desta Casa, nós estamos preocupados em discutir e trazer a transparência e atender as necessidades colocadas para o Executivo.

Eu quero pedir de imediato à Regiane para entrarmos já nesse processo.

Vou me colocar, durante todo o processo aqui, à disposição dos Srs. Deputados, assim como eu peço escusas também aos Srs. Deputados, se tiver alguma coisa que a gente não conseguir responder, vou solicitar apoio dos nossos técnicos que estão aqui presentes, da Secretaria de Fazenda e da Secretaria de Planejamento.

Quero desde já agradecer também à Auditoria-Geral do Estado e à Secretaria de Administração, porque o processo de construção do orçamento do Estado é desenvolvido por essas quatro Secretarias.

Aproveito esta oportunidade para agradecer a todos os técnicos que participam conosco da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e que a cada ano a gente tem conseguido avanço no sentido de poder fazer com que essa lei realmente seja mais acessível, mais palatável e que realmente traduza os anseios do Governo do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª REGIANE - Boa-tarde a todos!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada, demais autoridades, senhoras e senhores presentes nesta Audiência Pública, vou tentar ser bastante sucinta.

Acho que a maioria das pessoas que está aqui já conhece bastante de LDO. Infelizmente, temos poucas pessoas da sociedade, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Acho que é um trabalho que nós temos que começar a fazer junto à nossa sociedade organizada, mas ainda fazemos audiência para o Executivo e para o Legislativo.

Com relação à LDO, a previsão legal de exigência para a elaboração consta da Constituição Federal, da Constituição Estadual, e a Lei de Responsabilidade Fiscal também veio trazer várias exigências no âmbito da LDO.

São três os instrumentos de planejamento que compõem o sistema de planejamento governamental: o PPA traz todas as diretrizes para os quatro anos de Governo; a LDO vem anualmente trazendo as metas e as prioridades de governo...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu só vou pedir um minuto, nós vamos desfazer a Mesa para que os Srs. Deputados tenham melhor condição de visualizar a apresentação (PAUSA).

A SR^a REGIANE - O PPA, então, traz os programas, os projetos e as atividades para os quatro anos de Governo, sendo elaborado no primeiro ano para os próximos três e para o primeiro ano de gestão do ano seguinte. A LDO vem anualmente trazendo as metas e as diretrizes para a elaboração dos orçamentos anuais. A LOA, por sua vez, estima receita e fixa despesa, demonstrando quais os meses que serão necessários para alcance das metas previstas no PPA e na LDO.

O PPA ainda é um instrumento orientativo, é um instrumento que ainda não é mandatório, ele ainda é referencial. A LDO, quando se faz a estimativa da receita, é que realmente vamos saber o que dessas metas e valores referenciais que têm no PPA nós vamos ter condições realmente de executar durante o exercício orçamentário-financeiro.

Nós trouxemos hoje de uma forma geral como está estruturada a LDO.

Ela traz basicamente as prioridades e metas da administração pública estadual, através do anexo de metas e prioridades, que traz onze programas prioritários de Governo que foram estabelecidos no ano passado na revisão do PPA. Ela traz como o orçamento vai estar estruturado e organizado, quais são as diretrizes para elaboração, execução e acompanhamento do orçamento do Estado. Traz um capítulo novo que é o capítulo sobre fundos que o Secretário Yênes colocou, quais são as regras que orientam a formação e extinção de fundos.

Nós temos hoje uma quantidade de fundos bastante significativa. Até na própria SEPLAN hoje estamos fazendo um estudo desses fundos. Muitas vezes esses fundos já perderam o seu objeto, a sua finalidade e ainda continuam lá no orçamento, ano após ano. Essas normas sobre fundos tentam trazer algumas regras básicas que temos que seguir na hora de elaborar, como quais são as fontes de financiamento, qual vai ser o prazo para esse fundo vai ter para ser executado, quais são as normas para prestação de contas, como esse fundo vai existir durante a necessidade de realização de determinado objeto.

Disposições sobre transferências constitucionais; disposições sobre transferências voluntárias; também um capítulo novo sobre as vedações e transferências para o setor privado, inclusive foi uma demanda da Auditoria-Geral do Estado que a gente normatizasse como que se dão essas transferências, em quais casos.

Disposições sobre os precatórios judiciais; disposições sobre a política de aplicação das agências de fomento, na LDO traz as diretrizes para o financiamento das agências; as disposições relativas às despesas de Estado com pessoal e encargos pessoais, então, qualquer concurso novo ou qualquer aumento tem que estar previsto na LDO, a metodologia de cálculo das despesas de pessoal; disposições sobre a administração da dívida pública estadual e operação de crédito; disposições sobre a alteração na legislação tributária; as disposições finais; e, por fim, os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

anexos de metas e prioridades e de metas fiscais e riscos fiscais, que nós estaremos nessa apresentação focando.

Esse quadro está um pouquinho difícil de ver, mas nós quisemos trazer esse quadro para vocês de como foi o processo de construção da LDO, porque é um processo bastante complexo, envolve principalmente as quatro secretarias sistêmicas do Estado e também as demais secretarias finalísticas. É um processo que começa lá no início de fevereiro, na verdade, e que vem culminar na entrega da LDO no dia 30 de maio.

Antes de fazer a projeção da receita tributária, foi todo um trabalho de levantamento dos incentivos fiscais que são aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento, CONDEPRODEMAT.

A partir disso, é feito todo um trabalho pela Secretaria de Fazenda de projeção da receita. A SEPLAN também trabalha a questão das receitas diretamente arrecadadas de outras fontes e convênios. Então, é feita a consolidação dessa receita.

É um trabalho bastante árduo. Várias pessoas compõem essas equipes de trabalho e de pesquisa que vai desdobrar na composição da receita total pública.

A partir dessa projeção da receita é que nós começamos a fazer o trabalho de desdobramento das despesas.

A partir do momento que essa receita está consolidada, está projetada, ela é validada na Câmara Fiscal. A partir daí, começa o trabalho de cálculo da despesa de pessoal, do montante da dívida, da projeção das outras despesas correntes e de investimentos e aí, sim, nós começamos a fazer a consolidação da despesa ainda em termos globais.

A partir disso, nós disponibilizamos para os órgãos um teto orçamentário financeiro mensal. É a partir desse teto que o órgão começa a fazer os cálculos de quais são suas despesas obrigatórias, suas despesas essenciais e o quanto vai sobrar para ele investir em projetos finalísticos e estruturantes. Quando ele está de posse dessa receita para fazer os projetos finalísticos, ele começa a fazer os cálculos das metas físicas, quanto de bem e produtos vai entregar para a sociedade com esses recursos depois que já tirou todas as obrigações.

A partir disso, então, começamos a assessorar os órgãos para fazer a definição dos programas e projetos prioritários e as metas físicas que eles vão entregar no ano vindouro.

Só a partir disso, então, paralelamente, nós começamos a trabalhar o anexo de metas fiscais na SEFAZ, onde se começa a avaliação das metas do ano anterior, demonstra as metas para os três períodos vindouros, demonstrativos da evolução do patrimônio líquido, a avaliação da situação financeira e atuarial da previdência, que é da SUPREV e da SEFAZ a responsabilidade, elabora demonstrativo da renúncia fiscal, os riscos fiscais e consolida o anexo de metas fiscais.

Também concomitantemente nós fazemos toda uma discussão com a área sistêmica sobre o texto da lei que compõe o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, que é de responsabilidade hoje da SEPLAN.

Então, é um trabalho bastante complexo e que nós acreditamos que tem, a cada ano, evoluído.

Vou passar a palavra para o Marcel que vai falar sobre a projeção da receita.

O SR. MARCEL SOUZA DE CURSI - Boa-tarde a todos.

Eu vou tentar demonstrar aqui primeiramente o comportamento que se observou na economia mato-grossense no primeiro quadrimestre de 2006, ou seja, de janeiro a abril agora recente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Nós desejamos fazer alguns destaques, evidenciando aqui, como nós observamos, um conjunto de segmentos que compõe a economia mato-grossense e, nesta coluna, o comportamento da receita derivada desse segmento em relação àquela prevista na Lei Orçamentária vigente atualmente.

Nós observamos aqui que em relação ao arroz, nós temos o registro de uma queda de realização de receita da ordem de 25% no primeiro quadrimestre. Na soja a situação é a mais dramática. Ela está com uma queda de 56%... Observa-se que na soja nós temos uma retração de 56% entre o que foi projetado e o que foi realizado em receita.

A Lei Orçamentária original previa, 2006, para esse quadrimestre vigente, 81 milhões de receita, da qual se realizou 45 milhões. Nós ficamos, portanto, 56% abaixo daquilo que estava previsto na Lei Orçamentária atual.

Esses números são importantes porque eles nos mostram uma pendência. Na verdade, a discussão não é em torno do número absoluto. A verificação que deve se ter neste momento é de que há uma tendência de realização dessa receita em vários segmentos, em patamar abaixo daquele que está projetado na Lei Orçamentária vigente neste momento.

Observa-se aqui, por exemplo, que no caso do transporte você tem uma retração de 28%; no caso de veículos, 20%. Isso aqui é conta ICMS.

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA DA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. MARCEL SOUZA DE CURSI - É importante a pergunta que o Deputado faz, porque acabamos de ver uma exposição pela Regiane e o processo de construção da Lei Orçamentária é um processo que se inicia no mês de março. Nós estamos em junho falando do orçamento de 2007, sendo que este processo de estimativa dessa receita iniciou-se em março, mais precisamente em fevereiro. É evidente que é preciso ter um método de construção dessa projeção. Isso não é aleatório.

A Secretaria de Fazenda tem três métodos. O primeiro método foi elaborado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisa da USP, São Paulo.

O segundo método, que é o que método que nós chamamos de contraste para verificar se existem erros ou incorreções do primeiro método macroeconômico, que foi desenvolvido junto com o Departamento de Economia da UFMT. E tem um terceiro método que nós usamos, também, para fazer uma checagem de verificação macroeconômica mais profunda, que é um método desenvolvido pela própria Secretaria de Fazenda.

As variáveis macroeconômicas é que geram essa projeção. Isso aqui não é uma indução ou uma fabricação. A partir de dados do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas, da FIPE e do IPEA, você estima o comportamento de receita para o exercício seguinte.

Lá em 2005, quando discutimos o Orçamento de 2006, os indicadores macroeconômicos não registravam - porque eles registram em atraso - a profundidade da crise. É preciso transcórrer o tempo para que esses institutos façam pesquisas econômicas no mercado, para que eles identifiquem o comportamento do PIB e apurem a variação efetiva.

Quando trabalhamos em março de 2005, trabalhamos com os indicadores encerrados até dezembro de 2004, um ano que foi de excepcional comportamento da economia de Mato Grosso. Então, isso em parte explica a projeção inicial. Essa projeção inicial passa por revisões permanentes. Durante o transcurso da discussão da lei orçamentária e antes da sua aprovação nós tentamos fazer a revisão desses valores, tanto é que está registrado na própria Lei Orçamentária atual, Lei nº 8.430, arts. 7º e 8º, que existe um contingenciamento na ordem de R\$695 milhões. Esse

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

contingenciamento é fruto, justamente, do recálculo dessa lei com base já em indicadores que reconheciam uma retração de comportamento que levaram a uma redução desse valor estimado.

E nós estamos mostrando aqui, Deputada, é a assertiva e a confiabilidade do método, porque nós falávamos que não haveria a realização dessa receita há um ano atrás. Tanto é que está consignado lá no art. 7º da própria Lei Orçamentária vigente.

O que nós estamos tentando demonstrar é que é preciso para que, em direção a 2007, façamos primeiro uma revisão nas contas de 2006, e 2006 não é base para a gente começar uma discussão de 2007. A Lei Orçamentária de 2006 não serve neste momento como fundamento de discussão da lei de 2007. É preciso fazer todo um recálculo econômico e resgatar, como o senhor está exigindo corretamente, o patamar real dessa economia.

E é isso que a gente está tentando fazer, tentando demonstrar com aquele quadro que o comportamento é um comportamento declinante e que se, nesse momento, a gente pegasse aquela Lei Orçamentária de 2006, essa LOA aqui. Aqui, é importante notar que ela está sem ajuste das perdas do FUNDEF porque para efeito econômico a gente trabalha com receita total, e não desconta nada.

Então, aqui se observa que a Lei Orçamentária atual, sem a dedução das perdas do FUNDEF, estaria situada em torno de 6,582 bilhões.

Recalculando essa Lei Orçamentária, levando em consideração o efetivo comportamento da economia, essa lei deveria, no máximo, estar refletindo lá 5.724,3 milhões. Considerando o crescimento do PIB de 2,5%, o comportamento efetivo de IGPDÍ até março, dos últimos 12 meses, menos 0,28%.

Observa-se que nós temos aqui uma gordura de 800 milhões. Até mesmo o contingenciamento que está na Lei Orçamentária atual é insuficiente para fazer face a essa reprojeção da Lei Orçamentária 2007, feita ao longo do ano. Isso é uma prática comum da projeção da receita, rever as bases.

Aqui nós temos o Orçamento 2005 realizado. Ele está em 5.795,9 milhões. Observa-se que o ano de 2006 está mais para 2005 que para o próprio 2006 previsto na Lei Orçamentária. Nós estamos...

A Srª Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Esse 2005 é o realizado?

O SR. MARCEL DE SOUZA CURSI - Sim. Esse é o realizado, efetivamente realizado.

Então, a projeção, o recálculo da Lei Orçamentária feito em março de 2006 já apontava que a Lei Orçamentária atual estava com 800 milhões a mais. Então, ela não é base para nós fazermos a estimativa de 2007. É preciso fazer todo um processo de revisão desses cálculos. Feito o processo de revisão dos cálculos, ou seja, utilizando fórmulas macroeconômicas que podem ser disponibilizadas, nós chegamos à conclusão de que a trajetória da nossa economia aponta para uma receita de 5,552 bilhões.

A receita de 2007 deve apresentar declínio em relação a 2006. Volto a chamar a atenção para o 1º quadrimestre. Esses números estão sendo registrados. Há uma queda dramática, por exemplo, no setor da soja de 56%. É um setor de representação expressiva em nossa economia. Ele traciona todo o resto da economia. No algodão, no arroz, todo o segmento do agronegócio apresenta quedas expressivas. Há uma queda média de desempenho econômico no 1º quadrimestre na ordem de 45%.

Também é preciso considerar, dentro dessa projeção, o que nós chamamos de alguns riscos fiscais. Eu gostaria de citar três riscos fiscais importantes. O biodiesel é algo muito

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

importante para a economia, mas até que ele venha se estabelecer como uma nova frente de emprego, desenvolvimento e recurso, ele afeta a arrecadação pertinente aos combustíveis, porque a taxa de tributação dos combustíveis, do diesel é 17% e do biodiesel deve se situar em torno de 12% ou zero. Isso afeta durante a fase de transição, de estabelecimento dessa indústria, o desempenho econômico do Estado.

Também o sistema atual de controle de combustíveis é um sistema baseado no monopólio, na hegemonia da PETROBRÁS, o que dá uma auto-eficácia para esse tipo de tributo. Esse tributo na área de combustível tem uma eficácia semelhante ao padrão europeu, algo em torno de 86%, 87%. Quando você pulveriza a produção, você tende a ter uma queda dessa eficácia, porque tem muitos agentes econômicos no mercado interagindo.

Outro risco fiscal importante, telecomunicações. As telecomunicações, através da tecnologia nova Voz sobre IP, apresentam um comportamento de crescimento econômico menor e até de decréscimo econômico em algumas contas, em face do uso que as pessoas passaram a fazer da Internet na forma de telefone, principalmente a longa distância.

Segundos dados da ANATEL, algumas operadoras de telecomunicações já chegam ao nível de ociosidade de 80% no canal de voz. O investimento que elas fizeram apresenta 80% de ociosidade na banda de voz. E a receita de comunicação, energia e combustíveis é um tripé importante para o financiamento do Estado e vimos até agora que dois desses pés apresentam algum comprometimento em 2007.

A energia, nós somos exportador líquido de energia neste momento. A energia sai na operação interestadual com alíquota zero e temos um potencial hídrico fantástico. Esse potencial hídrico, à medida que for se realizando, gera um passivo para o Estado. Os créditos decorrentes desse investimento precisam ser ressarcidos pelo Estado, que não vai consumir essa energia e tende a exportá-la. Então, a expansão da capacidade de produção de energia também tende a gerar um passivo para o Estado, associada a livre mercado, à distribuição livre da energia, nós temos uma menor eficácia, uma vez que até, então, o controle estava centrado numa distribuidora local e nós começamos a ver um grande volume de negócio sendo realizado através do mercado livre em São Paulo.

Então, esses três itens, são itens importantes dentro do contexto da receita do Estado, dos Estados brasileiros, não só de Mato Grosso e eles tendem a ter uma mudança de perfil em 2007, mudança importante para acertar as contas do Estado.

Também, ainda nessa linha de riscos fiscais, nós sabemos que a Lei Kandir teve O seu esgotamento das indenizações previstas para 2002, que tem sido prorrogada com um volume decrescente de recurso e ela tende em algum momento a apresentar o seu desaparecimento. Conseguimos para o ano de 2006 inserir no meio do curso do ano de 2006, os Estados brasileiros, no orçamento da União, uma alteração que viabilizasse o pagamento aos Estados. Não há garantias para 2007 de que esse pagamento virá, então, esse risco fiscal precisa ser considerado.

Também existe a reforma tributária. Parece que a reforma tributária é uma exigência de toda sociedade brasileira. Qualquer governo que venha a ser eleito precisa enfrentar a questão da reforma tributária. Ela pode representar uma mudança substancial na estrutura de receitas e pode produzir perdas. Essa perda da reforma tributária não está tratada aqui, ela não existe dentro dessa projeção aqui de 2007 que está sendo considerada, é um risco fiscal que nós vamos apenas comentar, que a exemplo do seguinte não foi tratado. Tratamos dos riscos fiscais referentes à energia, comunicação e combustíveis. Não tratamos dos riscos fiscais referentes à reforma fiscal que pode produzir uma supressão de receita na ordem de 25%. E não tratamos da microempresa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

nacional, que deve produzir uma perda para o Estado de Mato Grosso na ordem de 160 milhões. Esses dois riscos fiscais estão fora do cálculo da Lei Orçamentária 2007. Embora tendo uma receita de cinco bilhões e quinhentos e cinquenta e dois, é uma receita mais próxima de 2005, até um pouco inferior, 5% inferior a 2005, nós consideramos esse cenário bastante moderado, é um cenário onde alguns riscos fiscais não foram imputados, como a reforma tributária e a Lei Geral da Microempresa.

Para 2007, estamos trabalhando com a idéia de que o Estado deverá se ajustar a esse tamanho de receita, cinco bilhões quinhentos e cinquenta e dois milhões.

Aqui eu termino a minha fala.

Por favor, Wagner.

O SR. WAGNER COSTA MONTE - Boa-tarde a todos!

Vou explicar as metas fiscais do Governo para 2007, 2008 e 2009.

Esse anexo de metas fiscais é determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que pede a sua inclusão, e lá têm que constar as receitas totais do Estado, a receita orçamentária total prevista para 2007, 2008 e 2009, em valor corrente, valor constante. Esse valor constante é calculado conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional, que utiliza um método de deflação do período inflacionário para os próximos anos, para 2007, 2008 e 2009, retira essa inflação, traz o valor previsto ao valor presente do ano de 2007, como base.

Para 2007, aqui nós temos uma receita total prevista de 5,143 milhões de reais. Nessa previsão são utilizados os métodos que o Marcel explicou para vocês. Na parte de resultado primário que é um resultado que o Estado tem que alcançar para pagamento da dívida, a gente tem que tirar da receita total a parte de aplicações financeiras, alienações, operações de créditos para obter a receita primária. Essa receita primária a gente vai deduzir das despesas primárias para obtenção do resultado primário. Esse valor para 2007 está previsto em 602 milhões de reais; para 2008, 580; e para 2009, 616 milhões de reais.

Outro dado importante é o resultado nominal. O resultado nominal é o saldo da dívida consolidada líquida em 31 de dezembro, de um ano, para o ano posterior. Aqui demonstra o resultado negativo. Então, quer dizer que o saldo de estoque da dívida, a tendência dele é de diminuição. Por isso que o resultado dele é negativo.

Esse é o cálculo do resultado nominal, que a gente pega a dívida consolidada do Estado, que é esse valor aqui previsto de 5,5 bilhões, que é o estoque previsto para 2007, e lá a gente deduz haveres financeiros, ativo disponível e o passivo reconhecido. A gente acha a dívida fiscal líquida, que não é essa dívida consolidada líquida, é dívida fiscal líquida. Essa dívida fiscal líquida de um ano para o outro será o valor do resultado nominal, é uma metodologia adotada pelo Tesouro Nacional, que determina que seja dessa forma o cálculo.

Então, posteriormente nós temos a dívida pública consolidada, o saldo de estoque para 2007, 2008 e 2009, o previsto. Vai ser calculado pela Inês e ela vai explicar melhor a vocês esse saldo aqui.

Nós temos a dívida consolidada líquida prevista para 2007, 2008 e 2009. Esse saldo da dívida consolidada líquida é o saldo da dívida pública consolidada, deduzida, é o que eu falei para vocês, são as deduções lá do ativo disponível e dos haveres financeiros decompostos.

Então, nós temos um saldo para 2007 de 4,4 bilhões; para 2008, 4,4 também; e 2009, 4,351 bilhões de reais previstos.

E aqui nós temos a projeção em relação ao PIB previsto para 2007, 2008 e 2009. O valor montante, o valor corrente dividido pelo PIB, aqui nós temos o total do PIB previsto para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

2007, a receita total do Estado representa 20% do PIB estadual para 2007. No caso, 2008 teria 20,24; e 2009, 20,70% do PIB. Esse é o anexo de metas fiscais.

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA GORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. WAGNER COSTA MONTE - Isso. A diferença possivelmente será uma parte disponível dos ativos financeiros.

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA GORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. WAGNER COSTA MONTE - O valor de estoque está caindo. Continuamente vai caindo, até zerar.

A Inês vai explicar direitinho toda a parte da dívida, o estoque, a tendência de queda, de pagamento, de amortização. A tendência no Estado é amortizar a dívida. O cálculo dela é em cima da receita líquida real. Então, o Estado arrecadou, tem que pagar a dívida - determinação do Tesouro Nacional. Não tem como escapar. Esse pagamento vai diminuindo o estoque.

A Inês vai explicar melhor para vocês.

Alguma dúvida na questão das metas fiscais, resultado primário, nominal?

A SR^a INÊS - Boa-tarde a todos.

Voltando um pouquinho, a hora que o senhor fala que a dívida está decrescendo, de fato. O pagamento da dívida é com relação a dois fatores, a receita líquida real, que é na parte da intralimite, que no acordo do contrato último que nós tivemos de refinanciamento, amparado pela Lei nº 9.496, estabeleceu-se em 15% da receita líquida real. E a extralimite, que é como eu já expliquei, conforme os contratos. De fato, nós estamos amortizando as nossas dívidas. Você vê que em 2009 já tem quatro contratos que serão zerados. E a projeção dela até o final do ano é terminar em 2027. A Lei nº 9.496 estabelece poder rolar por mais dez anos. O que está acontecendo? De acordo com o crescimento da receita, o comportamento da receita, o cálculo da receita líquida real, que o cálculo dela...

Aí já pode...

Eu vou explicar rapidamente isto aqui: “Entende-se como receita líquida real, para os efeitos da Lei nº 9.496, a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com fim específico de atender a despesa de capital, e, no caso dos Estados, nas transferências de municípios por participações constitucionais e legais”.

Vamos dar um exemplo como que ela é feita. Para fazer o cálculo da dívida nós pagamos o quê? Janeiro de 2007, nós vamos pegar receita líquida real de novembro de 2005 a outubro de 2006 para acharmos o pagamento em janeiro de 2007. Vendo o resumo disto aqui o que acontece? Nós pegamos janeiro, pulamos dois meses e começamos outubro, novembro, dezembro, onde nós pagamos essa receita, que é diferentemente da receita corrente líquida, que é dentro do exercício de janeiro a dezembro.

Então, o senhor vê que sempre nós estamos pegando... Para achar janeiro, nós pagamos de novembro a outubro. Pegamos a receita líquida real, dividimos por doze e achamos esse valor de trezentos e dezesseis milhões para pagamento da dívida.

Esse é um exemplo que nós estamos dando.

Isto aqui, nós achamos 15% dela e daí nós pagamos. Então, eu coloquei um exemplo só para esclarecer melhor para os senhores.

Em 2005, estavam previstos R\$573 milhões o montante para pagar dívida e realizou R\$692 milhões. Foi realizado a mais por quê? Porque na apuração da receita líquida real

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

nós não incluíamos convênios, receita de convênios. E a STN, na época, detectou essa diferença e nós tivemos que incluir o valor para pagar a dívida. Por isso, o crescimento não só disso, como da receita líquida real.

E a receita líquida real, como eu falei, entra no todo. Entram as transferências, no caso do FPE. Às vezes, o ICMS está caindo, mas as outras transferências não. E, por isso, a dívida é feita nesse patamar.

Para fazer a projeção para 2007, 2008, 2009, nós pegamos o cálculo da receita líquida real, achamos a intralimite, que dá 553; para 2008, 540, com cálculo de receita líquida real de três bilhões; e 2009, de 3.928, achamos o 15% da receita líquida real.

Conclusão: E a extralimite de conformidade com o pagamento dos contratos Você vê que de 78 para 74, o que caiu aqui foi o empréstimo, um financiamento que nós fizemos do INSS dos poderes, Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, que nós fizemos e acaba aqui, é a do ano.

Quando chego aqui em 69, que baixou para 69, porque o *San Paolo*, empréstimos interno, acaba no primeiro semestre, e por isso a queda dessa extralimite.

Em relação à dívida, Arnaldo, eu acho que é só isso.

A SR^a REGIANE - Mas eu vou falar rapidinho para vocês que esse é o anexo de metas e prioridades, que nós trouxemos os onze programas prioritários de Governo, seus respectivos projetos e atividades e suas metas físicas para o exercício de 2007.

Nós temos seis objetivos estratégicos no PPA, sendo que dois são da área-meio e o restante da área finalística. Nós trouxemos os programas só da área finalística.

Objetivo 01: Melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania.

Nós temos o programa aqui da SETEC, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, de Geração de Trabalho, Emprego e Renda, que objetiva potencializar o aumento da renda, inserção e reinserção das pessoas no mercado de trabalho.

Os projetos que têm dentro desse programa são: a questão da qualificação profissional, com projeção de três mil pessoas capacitadas; fortalecimento das políticas de geração de renda, 200 beneficiários; a intermediação de mão de obra pelo SINE, 400.000 pessoas; habilitação e seguro desemprego, 120.000 pessoas; e o financiamento a 800 microempreendedores.

O próximo programa é o da Saúde: Implementação e efetivação da microrregionalização da saúde. O objetivo é fortalecer os pactos de cooperação e articulação entre Estado e municípios, levando a descentralização da saúde.

Os projetos que compõem esse programa são muito voltados para a questão da descentralização da saúde: Implantação de serviços ambulatoriais de média complexidade, duas unidades; reestruturação dos consórcios intermunicipais de saúde, 15 consórcios implementados; implantação do serviço bucomaxifacial, 04 serviços implantados; manutenção dos serviços hospitalares para atendimento de urgência e emergência, 03 municípios com esse serviço implantado; a Casa da Gestante implantada; serviços de cuidados paliativos nos hospitais regionais, 05 serviços implantados; elaboração do Plano Diretor de Urgência e Emergência; fortalecimento e implementação da descentralização do controle e avaliação em três escritórios regionais.

Ainda é o programa da saúde a questão de fornecimento de hemocomponentes aos usuários do SUS, 100% de usuários atendidos; cooperação técnica para a estruturação de serviço hospitalar, 31 cooperação técnica realizada e 260 mil procedimentos realizados; ampliação do serviço de assistência hospitalar, 25 leitos disponibilizados, além do que já existe; gestão plena do Sistema único de Saúde, a questão do repasse; a questão da alta complexidade nos municípios de referência, 11 municípios com referência de alta complexidade garantida; manutenção dos hospitais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

regionais; manutenção dos centros odontológicos especializados, 08 centros mantidos; fortalecimento das unidades de reabilitação, 10 unidades descentralizadas.

Programa da Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

Programa de redução da criminalidade: implementação de ações integradas da segurança, 06 ações implementadas; descentralização e compatibilização de áreas operacionais, 02 áreas integradas; modernização da POLITEC, 02 unidades reestruturadas; reestruturação operacional de lícitos penais, 49 unidades reestruturadas; reestruturação do policiamento ostensivo, 83 unidades reestruturadas; manutenção do policiamento ostensivo; manutenção dos CIOSP; manutenção da POLITEC e manutenção do GEFRON - são as atividades de duração continuada.

Formação e qualificação do pessoal da SEJUSP - 1.000 pessoas capacitadas; ensino integrado da Segurança pública - 03 escolas atendidas; implementação da comunicação social; policiamento comunitário - 06 conselhos comunitários criados; manutenção do subsistema de inteligência - 300 relatórios expedidos por ano; manutenção da segurança integrada de fronteira...

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª REGIANE - É o que está projetado para 2007.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O que eu quero que vocês apresentem é o seguinte... Aí são os projetados para 2007. O que eu quero que vocês apresentem, é uma das preocupações que tenho, é que entre a previsão e aquilo que foi realizado está tendo uma distância muito grande, Secretário.

Eu vou dar um exemplo. Depois, eu vou fazer as perguntas. Por exemplo, vocês ainda não cumpriram nem 1% de saneamento básico dentro do planejamento. Vocês não cumpriram em alguns setores praticamente nada na área de assistente social. Então, está havendo uma distância muito grande entre a previsão orçamentária, entre as diretrizes orçamentárias e aquilo que está sendo realizado. Isso não é planejamento de forma ordenada, como nós queremos. Eu não vou dizer que muitas vezes é culpa da Secretaria de Planejamento, mas muitas vezes é culpa do próprio sistema do Governo que está sob pressão e vem mudando o comportamento e não cumprindo as metas. Muitas vezes vocês fazem uma meta e a meta não é cumprida quase que nada.

Então, o que eu queria que vocês mostrassem aqui, hoje, para mim, é uma meta, por exemplo, que vocês fizeram para 2006, para 2005, e que foi cumprida. Porque na verdade eu estou achando uma distância muito grande entre as metas, os objetivos e aquilo que está sendo realizado. Era isso que eu quero colocar. Não basta você ficar aqui citando metas para 2007, se realmente não está havendo cumprimento, não está sendo respeitada a Secretaria de Planejamento.

A SRª REGIANE - Deputado, no *site* da SEPLAN tem o relatório da ação governamental referente a 2005. Lá estão todas as metas que foram projetadas para 2005 e o que foi realizada, uma por uma, cada projeto, cada atividade...

(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA DA BANCADA - INAUDÍVEL.)

A SRª REGIANE - Mas hoje estamos aqui para discutir as metas que projetamos para 2007.

Vou tentar ser mais sucinta também. Vamos lá. Pode passar.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, pela Ordem.

Quem tem que dirigir a Audiência Pública é o Deputado João Malheiros.

O SR. ALENCAR SOARES - Mas estamos fazendo em parceria. Se depender de mim, vamos lhe dar o tempo, porque senão não vamos fazer as perguntas...

Pode continuar a explanação. Pode continuar...

A SRª REGIANE - Tudo bem!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Programa de incentivo à organização da produção da agricultura familiar é um programa da SEDER, tem o objetivo de apoiar a agricultura familiar. Basicamente esse programa trabalha com os assentamentos rurais, com a questão da reordenação fundiária, com famílias assentadas. Tem previsto 2.800 famílias para 2007.

Incentivo à criação e capacitação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento - 4.000 conselheiros capacitados; criação dos comitês de saúde animal e vegetal nos assentamentos - 06 comitês; habilitação de agricultores em elaboração de projetos para captação de crédito rural - 11.960 agricultores com projeto elaborado; pesquisa e inovação tecnológica - 150 unidades de validação, implantadas e conduzidas; incentivo à agricultura orgânica, atendendo 12 municípios; assistência técnica e extensão rural - 55.340 agricultores assistidos.

Esse é um programa da educação, programa prioritário, que é o IPE - Programa de Inclusão pela Educação. O objetivo é melhorar o desempenho das escolas públicas da rede estadual. Na questão da qualidade de ensino, ampliação ao atendimento de jovens e adultos; fortalecimento da educação no campo - 30 escolas atendidas; atendimento ao aluno portador de necessidades especiais - 5.750 alunos; atendimento de manutenção do transporte escolar - todos os municípios atendidos; alfabetização de jovens e adultos - 20.000 cidadãos alfabetizados; desenvolvimento da educação de jovens e adultos - 20 jovens e adultos atendidos; merenda escolar - 633 escolas atendidas; organização curricular do ensino médio - todas as escolas atendidas na organização; política de educação escolar indígena - 20 escolas atendidas; promoção de ações de cultura, arte, esporte e lazer, Projeto Aplauso - 120 municípios atendidos; fortalecimento da organização curricular do ensino fundamental e informatização das escolas estaduais - 633 escolas previstas...

O Secretário está corrigindo aqui que há 20% de jovens e adultos atendidos.

No objetivo 02, que é o objetivo de redução do número de pessoas em condições de vulnerabilidade social, nós temos o Programa Meu Lar, que trabalha na questão da habitação; família atendida com educação para cidadania - 5.000 famílias; construção de habitação urbana - 3.855; construção de habitação rural - 357 casas construídas; distribuição de bolas de material - 2.251; e elaboração de projetos técnicos de habitação - 12 projetos elaborados para 2007.

Programa Nossa Terra Nossa Gente, o objetivo é promover o acesso a terra através de assentamentos de famílias. Temos 300 famílias projetadas para serem beneficiadas com a implantação de vilas rurais e 80 famílias de trabalhadores assentados, em 2007.

O Objetivo 03 é o objetivo econômico: Promoção do desenvolvimento sustentável da economia, fortalecendo a competitividade, a diversificação e a participação dos mercados nacional e internacional, com base nas potencialidades regionais, ampliando a participação do micro, pequeno e médio empreendimento.

O Programa Estradeiro traz os projetos: postos de fiscalização de trânsito - 10 postos disponibilizados e equipados; aquisição de uma patrulha mecanizada e disponibilizada, porque, geralmente, essas patrulhas atendem vários municípios de uma região; implantação dos postos de controle de carga - 350 postos; pontes, obras de arte especiais, ponte definitiva implantada - 6.706m²; construção e reconstrução de pontes de madeira - 4.110m; restauração de rodovias não pavimentadas - 150km; pavimentação de rodovias - 360km; implantação de rodovias - 20km; restauração de rodovias - 312km; estudos e projetos rodoviários - 937 trechos estudados e projetados; desapropriação, indenização para manutenção de rodovias, demanda de regularização atendida, estrada em terra mantida - 4.520km; conservação de rodovias pavimentadas - 1.600km.

Programa da SECITEC e da FAPEMAT de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Mato Grosso: apoio à pesquisa científica - 80 projetos atendidos; concessão de 250

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

bolsas de formação; articulação para popularização da ciência - 7 projetos articulados e 60 projetos atendidos; articulação para inovação tecnológica - 30 projetos articulados e 2 projetos atendidos.

Projeto da SICME, Secretaria de Indústria, Comércio e Minas e Energia, em desenvolvimento industrial e comercial: incentivo a projetos de fomento industrial e comercial - 33 empresas beneficiadas; desenvolvimento de comércio exterior - 230 empresas atendidas; fomento ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas - 73 empresas financiadas; execução de serviços de registro de empresa - 8.700; gestão municipalização dos distritos industriais - 33 distritos atendidos; incentivo ao desenvolvimento industrial - 3 empresas beneficiadas; ampliação da JUCEMAT; fomento ao artesanato mato-grossense - 80 projetos apoiados; incentivo a industrialização das cadeias produtivas - 12 empresas beneficiadas.

O último objetivo é relativo ao meio ambiente, que é garantir o uso ordenado de recursos naturais, visando o desenvolvimento socioeconômico com qualidade ambiental. O Programa é da SEMA, Gestão de Recursos da Fauna e da Flora, e tem como objetivo o uso ordenado dos recursos: construção e estruturação logística da nova sede da gestão florestal da SEMA - 1.600m². Aqui, basicamente, é questão de aparelhamento da Secretaria. Homologação da base cartográfica de 1 para 100.000 do Estado - 1 base homologada; gerenciamento dos recursos pesqueiros - 3 bacias gerenciadas; licenciamento de projetos de manejo florestal e sustentável - 5.300.000 hectares de área licenciada; cadastro de empresas de produtos ambientais - 2.400 empreendimentos cadastrados; licenciamento de propriedade rural - 1.500.000 hectares de área licenciada; fiscalização de desmatamento - 4 operações a serem realizadas; fiscalização de queimadas - 4 operações; monitoramento da cobertura vegetal do foco de calor - 1 relatório disponibilizado; 4 operações de coleta realizadas para monitoramento da atividade reprodutiva da ictiofauna; fiscalização da pesca - 10 operações; anatomia e identificação de madeiras - 1.500.000m³ de madeira identificada.

Muito obrigada.

(O SR. DEPUTADO ALENCAR SOARES ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Recomposta a Mesa, eu quero informar que esta Audiência Pública foi convocada pela Mesa Diretora.

O Projeto está na Comissão de Constituição e Justiça, por isso estamos aqui. Foi em comum acordo com o Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado João Malheiros, com quem combinamos fazer uma parceria. Devido o prazo ser curto, não dá para fazer duas Audiências Públicas ou três como seria importante, mas estamos fazendo esta Audiência em parceria.

Como este Projeto está nas nossas mãos, nós aqui estamos presidindo.

Como esse Projeto da LDO é mais da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, eu passo para que o Deputado João Malheiros conduza os trabalhos, e dou o Projeto nas mãos de Vossa Excelência, Deputado.

(O SR. DEPUTADO JOÃO MALHEIROS ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 15:33 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Retomando os trabalhos, vale ressaltar que nós estamos, para ilustrar bem, discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentária de 2007.

Quero verificar com o Cerimonial se há algum componente da Mesa com prévia inscrição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Eu quero dizer que já há duas inscrições, da Deputada Verinha Araújo e do eminente Deputado Zé Carlos do Pátio. Não sei quem foi o primeiro, mas em questão de fidalguia, nós vamos dar preferência à mulher, eu tenho certeza de que Vossa Excelência concorda.

Por gentileza, Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Muito obrigada.

Boa-tarde aos colegas Deputados presentes, Secretário Yênes Magalhães, Sr. Sírío Pinheiro, Auditor-Geral do Estado, todos os funcionários, corpo técnico da Secretaria de Fazenda, Secretaria de Planejamento, assessores parlamentares, assessores da Casa, imprensa.

Eu fiz algumas observações aqui que eu gostaria que o Secretário Yênes respondesse. Primeira, por que no texto da LDO só cabe à Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária o acesso para fim de consulta quando da apreciação da proposta orçamentária do acompanhamento da fiscalização da execução orçamentária ao sistema corporativo orçamentário e financeiro, o SIAF. Eu mesma já requeri, por escrito, o acesso ao SIAF para poder acompanhar a fiscalização e a execução orçamentária e não tive acesso. E vejo que nesse ponto eu gostaria de solicitar alteração no texto para que todos os Parlamentares pudessem ter acesso aos dados do SIAF, ter a senha do SIAF. Essa é a primeira questão.

A outra é com relação ao art. 12, que fala que a Lei Orçamentária para 2007, para o exercício de 2007, são preços correntes de 2006. Eu queria perguntar por que lá nas metas fiscais a previsão para se chegar aos valores constantes das metas anuais, os valores correntes de cada exercício foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços, disponibilidade interna da Fundação Getúlio Vargas, a preços médios de 2006 a saber, 1,15 para 2007. Por que só 1,15, se a previsão orçamentária, pelo Banco Central, é de 4,5 para 2007? Por que só apenas esse percentual de 1,15?

A outra questão é o art. 23. “Fica o Poder Executivo autorizado a criar grupo de despesa em modalidade de aplicação em projetos, atividades de operações especiais já existentes, procedendo a sua abertura, através de decreto...” Aqui também praticamente a gente abre ao Poder Executivo grupo de despesa, projeto, atividade aqui. Quais são essas operações especiais por decreto?

O outro é o art. 27, “projeto de lei relativo a crédito adicional à conta de recursos do tesouro, relativo ao excesso de arrecadação serão apresentados na forma e com detalhamento da Lei Orçamentária Anual”.

Aí vem o art. 28 que é com relação a créditos adicionais, que somente incluirão novos projetos de investimentos em obras da administração pública estadual se as obras inacabadas tiveram sido contempladas com recursos orçamentários. Minha preocupação aqui é com obras inacabadas. Vamos supor, há um excesso de arrecadação, tem uma obra prioritária, por exemplo, tem o hospital regional, eu queria saber do Secretário de Planejamento se a obra está parada? Está, Secretário? Está parada. Uma obra importante, uma obra inacabada. Uma obra necessária, no entanto, havendo excesso de arrecadação, uma obra necessária, se ela não tiver contemplada no orçamento, ela não poderia prosseguir pelo que está no texto aqui. É isso? E a outra é com relação a novas obras que estiverem compatíveis com o PPA, se for comprovada sua viabilidade técnica econômica e financeira. Então, eu vejo que a LDO meio que dá uma travada aqui. Precisaria melhorar o texto, no caso de excesso de arrecadação com obras necessárias, principalmente obras na área de saúde e educação.

Uma outra questão é o parágrafo único do art. 30. É o que nós temos observado no orçamento do Estado e na execução orçamentária. Nós sempre avaliamos que no primeiro e no segundo quadrimestres o Governo não cumpre o percentual mínimo constitucional, no caso da saúde

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

e da educação, não cumpre, não tem cumprido nos dois primeiros quadrimestres, sempre deixando para fazer um descarrego maior no último quadrimestre. Aí nós temos avaliado que há uma execução, muitas vezes de forma desordenada, desqualificada, e muitas vezes acabam ficando obras importantes sem ser finalizadas, no caso, reforma de escola, etc. E aí aqui diz no art. 30 que “o cancelamento, as anulações das dotações a que se refere o *caput* poderão ser efetuadas no último quadrimestre do exercício”. Então, eu vejo que há um contra-senso naquilo que tem sido a prática da dotação orçamentária.

Mas aqui, quando ele fala para atender créditos adicionais com outras finalidades, fora pessoal, fora dívida. Com outras finalidades... (PAUSA).

O art. 41, que trata da desvinculação: “O Estado poderá determinar a desvinculação total ou parcial das receitas vinculadas a Fundos, órgãos ou despesa, salvo aquelas instituídas por força constitucional para fazer face aos seguintes eventos que põem em risco o cumprimento das metas, no caso quando houver queda de arrecadação, passivos de contingentes ou serviço de caráter extraordinário”.

Eu quero que me explique quais seriam as possibilidades de desvinculações totais ou parciais, no caso de Fundos, porque resguardam aqueles recursos constitucionais. Mas eu vejo que há uma abertura muito grande da LDO. Nós, praticamente, damos uma carta em branco para a desvinculação sem um planejamento, sem amarrarmos quais desvinculações poderiam ser essas.

Outra questão é o art. 44, § 2º, que “os órgãos, entidades, detentores de recursos vinculados que têm sua receita própria, devem arcar com a contrapartida dos convênios, ficando vedada a utilização de recurso da Fonte 100”.

Então, eu pergunto, principalmente nós que temos uma preocupação com saúde e educação. Quer dizer, nesse caso, eles teriam que arcar sozinhos com seus recursos constitucionais sem poder trabalhar a Fonte 100. E aí, Secretário? Principalmente saúde e educação, que ficariam vedadas a utilização de recursos na Fonte 100 para celebrar convênio.

E um problema que temos detectado aqui, porque eu já vi, inclusive o Pagot, de novo, trabalhou nesse programa de domingo de que o Governo Federal tem repassado pouco recurso para o Governo do Estado. E vi que nos convênios de 2004 o Governo conseguiu captar R\$60 milhões de convênios. No entanto, em 2005, reduziu para R\$49 milhões. E a nossa avaliação é de que consegue captar mais convênio quem consegue organizar a máquina administrativa para captar mais recurso, mais programa, mais recursos ministeriais. É, Arnaldo! Quer dizer, se vocês não se organizarem para isso, é óbvio que vão cair os convênios. E à medida que você amarra nesse parágrafo aqui, e aquelas pastas que têm recursos vinculados ficam vedadas de utilizar recurso da Fonte 100, se não seria, inclusive, um limitador para ampliação desses convênios.

Eram essas, inicialmente, as questões... Deixe-me ver nas metas se eu anotei mais alguma coisa. O índice da dívida que vocês fizeram a previsão... Nós percebemos que também o Governo continua insistindo nessa questão da retração da atividade econômica por conta do segmento do agronegócio, está estipulado aqui inclusive isso para poder fazer a previsão do PIB.

Era isso. Depois nós continuamos aí com qualquer outra observação.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Dizer ao Secretário Yênes que pode responder as perguntas formuladas pela Deputada, assim como usar da sua Assessoria Técnica para ajudá-lo na condução e nas respostas que serão efetivadas.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado João Malheiros.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Na verdade, a Deputada colocou a questão do SIAF... Nós não restringimos o fornecimento, Deputados, apenas foi uma previsão para a Comissão.

Eu entendo - e aí eu não sei se poderia até falar em nome da Secretaria de Fazenda... O que aconteceu, Deputado João Malheiros, Deputada Verinha Araújo, que nos questionou, nós estávamos trabalhando, os senhores sabem, para colocar em funcionamento ainda este ano, e vamos colocar ainda este ano, o FIPLAN. Nós estamos com tudo pronto, estamos na fase finalística, mesmo, para colocá-lo em operação.

Com o FIPLAN deixa de existir a necessidade do acesso ao SIAF e ao SIDOR. Todos terão acesso imediatamente, terão esse controle, tanto do orçamento quanto do financeiro do Estado.

Eu creio que não foi da Secretaria de Fazenda, não foi vontade de cercear o acesso às pessoas.

E vejo que um simples cadastro do pessoal - aí eu quero pedir para o Marcel, para o Edmilson, os dois Secretários Adjuntos da Secretaria, que levassem esse assunto para o nosso Secretário Waldir Teis, para disponibilizar para os Srs. Deputados terem acesso aos SIAF, como já é liberado à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, até porque, dentro dos próximos dias, será 100% liberado para a população, através do FIPLAN.

Em relação à questão colocada pela Deputada, do art. 12, anexo de metas inflacionárias, eu vou...

Marcel, você poderia me auxiliar em relação ao que ela colocou, a previsão de 1,15% para 2007 e apresentado 4,15% pelo Governo Federal.

O SR. MARCEL SOUZA DE CURSI - Realmente, existe uma previsão do Banco Central que ela é superior a essa utilizada, mas, contra fatos, há poucos argumentos.

Deputada, nos últimos 12 meses o IGPDI se distanciou exageradamente das previsões do Banco Central.

A previsão do Banco Central está relacionada com a meta inflacionária e não significa que é um vaticínio de um número: "Esse número vai ser atingido". Nós observamos nos últimos 12 meses que o IGPDI acumulou 1,15%. Para chegar no patamar que está sugerido aí de 4%, nós estaríamos vivendo um momento de explosão de consumo. O que se está observando neste momento, na verdade, é deflação. No mês seguinte o IGPDI acusou menos 0,28%. Então, não é possível, neste momento da projeção da Lei Orçamentária, seguirmos a projeção do Banco Central, que está exagerada, precisa ser revista, porque nós criaríamos um orçamento inflacionado.

Nós não desejamos isso, aliás, inclusive é um dos pedidos da senhora, legítimos pedido, de um orçamento real e factível com a capacidade econômica do Estado.

Por isso, optamos por seguir a série histórica que é aquela efetivamente verificada.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Eu só quero ressaltar, Deputado João Malheiros, que, na verdade, a base para 2007 está sendo em valores reais da arrecadação hoje.

Vale dizer que estamos com uma previsão de LDO apresentada aos senhores, mas o Orçamento do Estado será encaminhado até 30 de setembro para a Casa. Nós deveremos trabalhar com os valores atualizados até 30 de julho. Vamos apertar mais o Executivo, no sentido da elaboração, e trazer os números mais próximos da realidade possível. Então, nós teremos, de janeiro a julho, valores reais já para que nós não incorramos naquilo que o Deputado Zé Carlos do Pátio e a Deputada Verinha Araújo colocaram na audiência pública passada de trabalhar apenas com projeção e depois não realizar, promovendo um contingenciamento muito grande.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

O contingenciamento é péssimo, principalmente para os técnicos do Estado, e não somente para Governo que deixa de executar o que ele queria. Você põe toda equipe técnica do Estado para fazer um projeto, fazer um planejamento, e depois você tem que acabar, como se diz, metendo o facão, tem que cortar mesmo. Isso prejudica muito o andamento dos programas, dos projetos do Governo.

Em relação ao art. 23, é um artigo que já estava na LDO de 2006. Na verdade, nós não trouxemos novidade. Porque aqui ele é colocado, Deputada Verinha Araújo, da seguinte forma: “Fica o Poder Executivo autorizado a criar grupo de despesa e modalidade e aplicação em projeto de atividade de operação especial já existente.” Quer dizer, nós não estamos criando fato novo. Isso aqui Vossas Excelências já aprovaram em todas as LDOs anteriores, está dentro do que já está previsto, aprovado por Vossas Excelências no Orçamento do Estado, na LOA/2007.

Em relação à questão do excesso de arrecadação, foram colocadas as prioridades. E, na verdade, são prioridades para obras inacabadas. Vossa Excelência colocou, agora há pouco, vale ressaltar, a questão do Hospital Central de Cuiabá. Na verdade, não é só o hospital central de Cuiabá. Hoje, todas as obras da saúde estão paralisadas por causa da queda da arrecadação. Então, neste momento, as prioridades estabelecidas, dentro da Secretaria de Saúde - hoje de manhã, passamos a manhã toda reunidos com o Secretário -, é garantir o serviço essencial. Quer dizer, é garantir o pagamento de funcionários, garantir UTIs móveis, UTI fixa, garantir remédio de alto custo e os consórcios com os municípios. Quer dizer, neste momento, a prioridade é essa, sabendo que estamos com problemas seriíssimos para fechar o ano em relação à Secretaria de Saúde. Isso é apenas prioridade para obras inacabadas.

E a questão de ser compatível com o PPA é porque, na verdade, todo ano - são poucos os Estados no Brasil que evoluíram com essa capacidade, e nós agradecemos o apoio da Assembléia Legislativa em relação à revisão dos PPAs - é feita a revisão dos PPAs, e quando fazemos a revisão, imediatamente, fazemos essa adequação no Orçamento do ano. Então, a revisão que os senhores nos permitem fazer faz com que consigamos realmente chegar ao final do PPA de 2007 com a sua execução mais próxima da realidade possível.

Em relação ao parágrafo único do art. 30, foi colocada a questão do cancelamento ou anulação de dotações a que se refere o *caput* do artigo no último quadrimestre. Na verdade, esse dispositivo também está se repetindo. Já estava na LDO de 2006. O Executivo, para ter mais segurança, não permite o remanejamento de recursos de pessoal e da dívida até o último quadrimestre. Nós já temos um caso. A própria Assembléia Legislativa está com excesso em pessoal, mas, neste momento, não pode ser remanejado. Só é permitido remanejar no último quadrimestre, que é para não correr o risco de, de repente, você autorizar algum órgão a remanejar no começo do ano e, chegando ao final, faltar. Então a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite isso. Por isso deixamos essa salvaguarda no sentido de remanejamento de pessoal e de dívida somente no último quadrimestre, após ser apresentado à Secretaria de Planejamento e Administração, no caso da dívida da Fazenda, comprovando que, realmente, não vai correr o risco de não cumprir as metas estabelecidas para pessoal e para dívida.

Em relação à questão dos fundos, que foi colocada pela Deputada Verinha Araújo, perdoe-me, Deputada, mas Vossa Excelência poderia repetir? Alguém entendeu bem?

A SR^a VERINHA ARAÚJO - É o quanto ao art. 41, desvinculação...

A SR^a REGIANE - Essas são aquelas normas de que eu falei no início. É um capítulo novo da LDO. Quando se diz, nesse art. 41, que poderia haver uma possibilidade de desvinculação da receita no caso de fundos legais, seria no caso de você, realmente, necessitar. Por

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

exemplo, se houver, realmente, uma queda na arrecadação, se surgir algum passivo contingente ou alguma demanda por obra ou serviço de caráter extraordinário. Só que isso teria que passar pela Assembléia Legislativa. O parágrafo único versa que a desvinculação deferida no *caput* far-se-á por lei específica que disponha exclusivamente sobre o prazo de vigência, motivo e destinação dos recursos desvinculados. Então abre a possibilidade da desvinculação, mas dentro de critérios rígidos e da aprovação legislativa.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Muito obrigado, Regiane.

O último questionamento da Deputada é com relação ao art. 44, § 2º. Na verdade, Deputada, o que o Executivo quer, e também já consta na LDO de 2006, é não permitir que... Neste momento, nós temos que trabalhar com a máxima realidade possível. Houve momento, quando o Estado estava acostumado, como 2003 e 2004, com excesso de arrecadação, que nós falávamos - a equipe econômica e o Governador - aos secretários para irem buscar recursos fora, junto ao Governo Federal, que a gente garantia a contrapartida. Hoje, nem isso está sendo possível. Neste momento, o que nós estamos fazendo, se tiver algum convênio, tiver duas origens de convênio, nós estamos avaliando qual seria o melhor resultado e o outro não vai ser liberado.

Então, devido à contenção da arrecadação, à queda da arrecadação, melhor dizendo, hoje nós queremos garantir a execução de convênios, via quem tem recursos vinculados, seja ele constitucional ou legal, como os fundos, que ninguém venha buscar na Fonte 100. Nós já temos vários problemas detectados dentro do Governo, estamos trabalhando no sentido de que a pessoa não crie uma nova despesa, porque a Fonte 100, realmente, não tem como resolver o problema.

Vale ressaltar que, para o Orçamento de 2007, há uma preocupação muito grande nossa, não só com relação à Fonte 100, mas a qualquer fonte. Nós tivemos um Orçamento, este ano, no total de 6,45, contingenciando 5,950 e, para o ano que vem, nós temos um orçamento, por enquanto, previsto de 5,143. Então, nós vamos ter uma diminuição para todos, não só para o Executivo, para todos os Poderes, até porque há determinadas amarrações que nós não conseguimos fugir, como o percentual da dívida, a questão de pessoal continua sendo prioridade, o repasse dos Poderes.

Então, quer dizer, Deputada Verinha Araújo, não tem como nós permitirmos que a pessoa vá buscar, hoje, recurso para a contrapartida ser fonte 100. Nós não temos previsão de Fonte 100 para o ano de 2007.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Então, vou fazer uma pergunta sobre esse ponto: vocês, no Planejamento, têm um levantamento sobre os convênios celebrados? Onde é que vocês conseguem aportar o maior número de recursos de todas as áreas de Governo? Se tem esse levantamento, onde é que vocês têm conseguido captar número melhor?

Eu faço essa pergunta porque eu sei que, justamente, na saúde, educação...

O Sr. Yênes Jesus de Magalhães (FORA DO MICROFONE) - Segurança.

A SRª VERINHA ARAÚJO - ...que têm recursos vinculados a uma série de programas e precisam de contrapartida, é onde, justamente, você trabalha a reversão de situações sociais. Não é?

Então, veja bem, a minha preocupação aqui é que por ser dois setores com recursos vinculados, ficando não permitida a utilização da Fonte 100, nós perdemos a possibilidade de convênios. Então, eu pergunto a você: vocês têm esse levantamento de quais são os setores do Governo que vocês conseguem aportar mais recursos?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Sim. Hoje, nós temos o SIGCON - Sistema Informatizado de Gerenciamento de Convênio. É o único no Brasil que qualquer cidadão tem acesso através da Internet. Ele traz todos os convênios, as proposições de convênios, mesmo que ainda esteja em fase de proposição, ou que já foi firmado com o Governo Federal, ou no caso também, com os Municípios, de Estados para Municípios.

Nós começamos um outro trabalho na semana passada, a Secretaria de Planejamento está coordenando esse trabalho, juntamente com todos os órgãos do Governo, no sentido de passar pelo controle a elaboração dos projetos que vão dar origem a possíveis convênios. Então, é a segunda fase, nós estamos nela agora, fazer esse controle, esse acompanhamento, para que nós possamos, realmente, identificar onde há a maior possibilidade. Aí eu não colocaria, Deputada Verinha Araújo, nem onde nós buscamos, mas buscamos na União quais são os ministérios que têm recursos, que podem ser buscados pelo Executivo. Eles trabalham, ele começou neste momento a ser feito, vou ser bem transparente.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Então, hoje, não dá para nós mensurarmos quais são os setores que nós conseguimos aportar mais recursos? Se é a educação, se é a saúde, se é a segurança...

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Não, do que já foi aportado, no SIGCON é possível...

A SR^a VERINHA ARAÚJO - ...se é Ministério das Cidades...

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Agora, coisa nova, não, porque já foi aportado...

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu digo do passado...

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Sim.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Desses três anos.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Sim. Tem.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Tem como?

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Sim. Totalmente.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Não, eu faço essa pergunta porque, vamos supor, que justamente o setor da educação e saúde sejam os setores...

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Sim.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - ...onde vocês consigam realizar mais convênios, aí, com esse artigo, acaba fechando a possibilidade de ampliar convênios, de melhorar inclusive a qualidade de transferências de recursos, de contrapartida.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Não, eu entendo a colocação da senhora.

O Governador Blairo Maggi, o que ele conversou com a Secretária de Educação e o Secretário de Saúde, é que eles não terão um centavo a menos, mas também não terão um centavo a mais do que a lei estabelece, porque nós estamos cerceados de atender as outras necessidades. Hoje, nós temos fora essas duas: saúde e educação, que têm verbas carimbadas, constitucionais, a prioridade hoje do Governo é segurança pública. Mesmo assim estamos com muita dificuldade neste momento.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu já concluí, mas eu gostaria, se possível, esse levantamento, se nós pudéssemos até receber antes, para que pudéssemos mensurar o que significa votar esse art. 44.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Tudo bem, eu vou mandar providenciar. Você solicita, Arnaldo, para o Paulo Fernandes.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Deputada, aproveito a oportunidade, porque às vezes as pessoas não entendem essas restrições no orçamento. Como elas são complicadas, eu vou dar duas informações que poderão nos ajudar, inclusive que vocês pensem junto conosco qual é a solução. Hoje, se perguntar se é importante neste momento ter algum convênio do Governo Federal, seja na educação ou na saúde, eu tenho as minhas dúvidas. A partir do instante que esse montante entra no cálculo da dívida, e a dívida é paga com a Fonte-100, e esse recurso não passa pela Fonte-100, significa dizer que eu tenho que tirar mais dinheiro de onde eu não tenho para poder pagar. Então, esse é o fator que está nos assustando, é um fator que está sendo estudado e ele é altamente complicado, porque hoje a única fonte de recurso que nós temos dentro do Estado, que é dirigida dentro do Estado, de livre e espontânea vontade, é a que está mais estrangulada e que não tem condição.

Então, hoje, eu vou dar dois exemplos para que nós possamos fazer uma análise. Fundo de Participação dos Estados, quanto mais recurso entra para o Estado, mais eu pago da dívida, mas logicamente que esses recursos também vêm para a Fonte 100. Quer dizer, essa é uma condição de recurso que entra no Estado e nós pagamos sobre ele em função da dívida. Em compensação, tem outras coisas, como, por exemplo, um convênio com a saúde, um convênio com a educação ou qualquer órgão que não faça parte da Fonte-100 e que qualquer outro que faça parte da Fonte-100, que vem para a atividade específica. Quando vem para a atividade específica, eu não posso tirar uma parte dele para pagar dívida.

E vou assustar um pouquinho mais, se nós pegarmos um fundo que cresceu muito e que tem excesso de arrecadação do ano passado, que é o FUNAJURIS, que é o Fundo do Tribunal de Justiça, nós pagamos sobre ele o valor da dívida, eu fico rezando para ele não arrecadar mais, fico rezando para ele arrecadar menos. Não que eu quero que ele arrecade menos, mas porque a Fonte 100 é que paga. Ele impacta de tal forma, como ele nem transita dentro do Estado, a Fonte 100 paga. Então, sempre que eu falo que um mais um no Estado, nas outras fontes, não é igual a dois, alguém tem que completar e esse alguém é a Fonte 100, é a nossa luta constante da dificuldade que nós temos de projetar e trabalhar com a Fonte 100. Primeiro, ela é diminuta, ela sobra pouco, posteriormente, na apresentação da LOA, nós vamos mostrar esses números. Segundo, ela abarca algumas despesas fixas fundamentais. Primeiro, repasse aos Poderes; segundo, pessoal; e terceiro, a dívida. Só então na sobra é que se faz então a disposição para projetos, atividades e custeio das outras Secretarias do Estado. Então, toda vez que entra algum recurso e vai para pagamento da dívida e impacta às vezes em 15% ou até mais nesse montante, significa dizer que esse recurso vem para pagar dívida.

Eu vou citar como exemplo um caso que Vossa Excelência questionou muito e aprovou, mas depois teve que ser refeito porque a própria STN não conseguiu, que foi o FUNDESMAT. A idéia do FUNDESMAT foi de passar a ele uma arrecadação que não estava prevista no orçamento, uma arrecadação que o Estado adquiriu direito sobre ela. Então, quando a STN veio, ela não concordou com isso e o Estado teve que pagar daquele dinheiro que era dele, pela Fonte-100, o montante de doze milhões. Doze milhões nós pagamos em cima dos oitenta milhões que foi um direito do Estado, nós estamos pagando quinze milhões para a União, devolvendo dinheiro que é um dinheiro que teoricamente consideramos que não era justo. E muito menos justo, entendemos que nós deveríamos pagar sobre o recurso, por exemplo, do FUNAJURIS, que monta hoje sessenta milhões e nós pagamos aí 15% desse valor para a dívida pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Quer dizer, é muito preocupante, isso tem que ser estudado com mais profundidade, por isso que às vezes a gente fica meio excitado, meio nervoso, mas é nesse sentido, porque o dinheiro que a gente administra mais pontual não é nem o da saúde, nem o da educação, que são recursos vinculados, ele tem início, meio e fim, é o da Fonte 100. E cada susto que a gente leva lá, quando aumenta a dívida, quando a Inês manda um pedido de suplementação para pagar dívida. Nós levamos um susto. Esse susto vem acompanhado de uma solicitação financeira, não é só orçamentária. E isso a gente sabe que ao invés de somar para o Estado, está subtraindo um dinheiro do Estado que poderia ser investido em alguns projetos, em melhorias, na segurança, em qualquer outra coisa, e até quem sabe no próprio salário do servidor.

Eu só queria colocar esse fator porque a dívida tem que ser analisada como um ponto de referência no orçamento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Eu acho que a Deputada está devidamente satisfeita com as respostas as suas perguntas e eu gostaria de passar para o Deputado Zé Carlos do Pátio para que faça as suas indagações a partir de agora.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu queria tirar uma dúvida. Eu gostaria que os técnicos tirassem essa dúvida. Primeiro, as receitas de contribuições, que são contribuições sociais, onde está o FUPIS. Você está falando tanto dessa questão do fundo, você fez um questionamento do fundo, eu quero fazer uma pergunta: O FUPIS está dentro dessas contribuições sociais? O FUPIS você tem um desconto de trinta por cento mais ou menos, a renúncia dele é de 30% , você não acha que esses fundos não é uma manobra para não aplicar os 25% da educação e os 12% da saúde?

Porque, a partir do momento que se cria o FUPIS, que é um fundo social, e tem um desconto de 30% - eu não sou economista, sou engenheiro civil, sou matemático, não sou da área - mas você tem uma renúncia fiscal de 30% e não deduz dos 25% da educação, não deduz dos 12% da saúde. Vocês não acham que, em cima do que foi argumentado anteriormente aqui, esse fundo, em vez de tirar o recurso da Fonte 100 para investir no social e garantir uma receita maior na educação e na saúde, não seria melhor do que esse fundo? Deu para entender a pergunta, muito bem clara?

Uma outra pergunta que eu quero fazer é a seguinte: Naquela hora - eu até fiquei um pouco contrariado, mas sou uma pessoa tranqüila -, você tinha colocado que a receita do Estado estava caindo, e eu fiquei assustado com aqueles dados que você colocou que foi a previsão inicial, de 50%, de 70%. Daí, sabe o que eu tive de sensação? Será que o planejamento está com a indústria da crise? Ele incorporou a indústria da crise do Governador Blairo Maggi? Porque o Governador está vendendo crise. É lógico que ele, como homem público, está no lugar dele. E daí ele pega e fala: Olha, gente, vai cair a arrecadação do algodão de tanto, da soja de tanto... E daí eu pego e vou no quadrimestre, depois de toda essa discussão da crise, e estamos com 32% da arrecadação! Inclusive, nós temos dados de que a arrecadação no quadrimestre geralmente é um pouco mais baixa, no primeiro quadrimestre geralmente um pouquinho mais baixa.

E nós temos hoje arrecadação do FETHAB que, aliás, é um fundo, mais um fundo, é o Fundo Estadual de Transporte e Habitação, de 33%, que equivale ao quadrimestre. Vocês estão entendendo o raciocínio? Quer dizer, 32,22%, 33%! Vocês entenderam? E vendendo a imagem de crise. Em cima da previsão inicial, nós estamos com 33% de arrecadação do FETHAB.

Então, quando ele colocou aquilo, na hora eu me assustei. Mas daí eu... E essa questão que você falou do Fundo.

Então, você não acha que o Governo está criando muito Fundo? Você está entendendo o meu raciocínio? Já que você está dizendo que o caminho é a Fonte 100, e que os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Fundos tais que você colocou para a Deputada Verinha Araújo, então, por que criar tanta lei, por que criar tanto Fundo? Será que não é para desviar os recursos para outros objetivos?

Eu não sou Economista. Eu sou Engenheiro, sou Matemático, não entendo dessa área. Eu quero uma aula de vocês sobre esse encaminhamento.

Você entendeu o meu raciocínio? Até pegando aquela resposta que você deu à Deputada Verinha Araújo.

Mas eu vou ter mais perguntas para fazer a vocês. Essa é a primeira.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Vossa Excelência quer que o Secretário responda...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu prefiro que ele responda para não perder o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Portanto, com a palavra, o secretário, para a resposta.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Em relação ao FUPIS, eu quero só colocar que na Audiência passada, Deputado Zé Carlos do Pátio, o Secretário Waldir Teis foi bastante feliz quando colocou que o FUPIS surgiu da possibilidade da construção civil. Ela não arrecadava e foi feito um acordo com o segmento. Foi feito um acordo. Se fosse de outra forma, eles não iriam arrecadar. Foi um acordo que eles fizeram para que pudessem recolher parte que fosse para um Fundo específico aonde existe um Conselho do qual eles também fazem parte. O SINDUSCON faz parte desse Conselho. Então, por isso foi conduzido dessa forma. Porque, senão, nós não teríamos essa arrecadação.

Marcel, era isso? Desculpe-me, Marcel. Eu sei. Na verdade, o FUPIS é devido a isso.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Mas ele não respondeu do FETHAB.

Embora eu queira aqui dizer que não justifica. Se o pessoal não está arrecadando, tem que arrecadar. Não justifica você criar mecanismos para justificar: “Olha, nós não estamos arrecadando, por isso criamos um Fundo”. Então, vai ter que criar Fundo para tudo.

Eu só quero deixar essa observação.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Deputado, na realidade, nós estamos fazendo um grande estudo de Fundos, a pedido do Governador Blairo Maggi. Já tem três anos que está sendo feito. Eu falei sobre convênios, aquela situação da Fonte 100. Vamos falar um pouco sobre Fundos.

Na questão de Fundos é um pouco diferente. O Fundo é criado em função de alguma prioridade do Estado. Por exemplo, eu diria que o Fundo mais importante que foi criado neste momento, dentro do nosso Governo, foi a questão da FAPEMAT, que é o Fundo de Pesquisa, foi criado aqui com a lei que foi aprovada, que é 1% da arrecadação...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Já existia e vocês reduziram.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Ele podia ter sido aprovado, mas não tinha sido implementado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não, existia na Constituição desde 1988, vocês reduziram. Era 2% da receita líquida do Estado, o Governador Blairo Maggi reduziu para 1% da receita líquida, aonde metade ficou para a FEED - Fundo Estadual de Educação Profissionalizante, e a metade para a FAPEMAT. Foi o contrário.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Na realidade, ele não vinha sendo...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Arnaldo, isso aí tem que ficar bem claro.

O Governo passado entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade e ficou rodando dez anos esse processo.

Em 2003 saiu a decisão da Justiça e aí foi feita uma negociação do Sr. Governador com os Srs. Deputados para poder garantir, no mínimo, 1%, porque nós não tínhamos condições de assumir os 2% naquele momento. Eu me lembro muito bem que houve Deputado, na época, que falou: Não, coloca no mínimo 1%, podendo chegar até 2%. Não, ficou 1%. E, conforme a arrecadação do Estado melhorasse - e nós estávamos em 2003, onde nós tivemos um excesso de 500 milhões de arrecadação - então, poderia melhorar. Mas aí, cada ano que passou, isso veio caindo, e hoje nós temos dificuldade, sem dúvida alguma, os senhores verão, quando trazíamos o orçamento para esta Casa, de poder garantir até esse 1% para a FAPEMAT e o FEPEP.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Só uma correção, Sr. Secretário, é 0,5% até 1%.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - É 0,5% para cada um.

A SRª VERINHA ARAÚJO - É 0,5% podendo ser 1%.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - 0,5% para FEPEP e para FAPEMAT.

A SRª VERINHA ARAÚJO - FAPEMAT e FEPEP.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Exato.

Agora, a determinação do Governador é essa, nós estamos cumprindo o 0,5% para a FEPEP e 0,5% para a FAPEMAT.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Na realidade, eu quero só completar essa resposta dizendo que quando pegamos o orçamento de 2003 - estamos falando mais efetivamente assim, porque eu considero 2003 - não estava previsto dentro do Orçamento e foi incluído em 2003. Então, se a lei realmente antecede ao orçamento de 2003, ela não era executada. Mas eu gostaria de dizer que esse é um Fundo que foi criado para essa situação.

Outros fundos como, por exemplo, o FESP. O FESP é um Fundo que arrecada recursos, que tem transferências de recursos e tem uma complementação da Fonte 100. Quando isso acontece, já passou pela saúde, já passou pela educação. Então, o recurso quando é criado e que ele vem para a Fonte 100 para depois ser criado de forma de Fundo, ele não tira nada da Educação, não tira nada da Saúde, exceto no caso constitucional de lei, constitucional os dois, através do projeto de lei, que foi o caso da FAPEMAT.

Nós entendemos, porque estamos fazendo um estudo e revisão de todos os fundos. A Regiane falou lá no início sobre a questão dos fundos. Tem fundo que não é ativo, por exemplo, o FUNCAFÉ. E têm alguns fundos que não tem nada no orçamento para eles, então não existe necessidade de estarem no orçamento. Isso está sendo revisto, e esperamos dar uma resposta mais positiva com a redução dos fundos.

Entendemos também que a força dos programas se faz na execução deles, na prioridade deles, que é dada com recursos da Fonte 100. Isso está sendo estudado, é determinação do Governador, e nós esperamos poder apresentar para esta Casa, o mais breve possível, esse estudo, porque vai ter que fazer, efetivamente, uma série de redução desses fundos que estão inoperantes ou que já ultrapassaram a sua validade.

O SR. MARCEL SOUZA DE CURSI - O FETHAB é um tributo que não utiliza a chamada alíquota *ad valorem*, ou seja, o percentual sobre o valor comercializado. Em regras os tributos são uma taxa, uma taxa percentual sobre algo. O FETHAB é uma quantidade de unidades monetárias por metro cúbico comercializado, por tonelada comercializada. Ele é a chamada alíquota

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

específica. Então quando não se tem uma variação de quantidade, quando se mantém a quantidade produzida, ele não é afetado. Mas se o preço varia, a economia é afetada. Então não podemos partir dessa realidade escritural, a realidade contábil como está posta aí, ignorando a existência de uma crise. Na verdade, os tributos, o FETHAB tende a se comportar durante a crise de forma a se realizar, porque ele é por tonelada, por metro cúbico e não um percentual da operação comercializada.

O ICMS e demais tributos são proporcionais; o FETHAB, não. O FETHAB vai adquirindo uma desproporcionalidade à medida que o preço do produto se deprecia. Por isso ele se realizou em 33%. Ele está vinculado à comercialização de quantidade.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu queria fazer uma observação, se o Deputado Zé Carlos do Pátio permitir, justamente quanto à questão do ICMS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu estava na seqüência, mas vou conceder a palavra para a Deputada Verinha Araújo. Isso é democrático. Eu não seria antidemocrático, como alguns, não.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu agradeço.

Eu acho que nós temos que voltar nessa tecla, porque eu fico preocupada todas as vezes que os técnicos do Governo vêm à Assembléia Legislativa e ficam batendo nessa tecla da crise.

Nós dizemos e temos afirmado que não tem crise instalada na arrecadação. Para mim, é uma estratégia, inclusive para desviar o foco sobre, eu diria, o não ajuste fiscal que o Governo não fez. Poderia ter feito nos dois primeiros anos de Governo, mas não fez. Trabalhou um planejamento, inclusive, lançando obras que hoje estão paralisadas. Por quê?

Vamos pegar o ICMS. Vocês trabalharam com uma previsão para o quadrimestre de 2006 de R\$1.142 milhões; e arrecadou R\$976 milhões. No entanto, o mesmo quadrimestre de 2005, com o qual vocês trabalham como base para ser projetado em 2007, arrecadou R\$989 milhões. Então é uma queda, fazendo um comparativo entre o efetivamente arrecadado no mesmo período, de um pouco mais de R\$10 milhões. Não tão significativa, diante de que para outras arrecadações houve ascensão inclusive.

Então deixo essa observação para não fazermos do ICMS o centro da arrecadação, porque não é, porque não tem sido.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero, primeiro, parabenizar essa oportunidade de estudar os fundos. Nós estamos criando a indústria do fundo. É fundo para isso, é fundo para aquilo. Virou moda, agora, o fundo. Então, parabeno vocês que estão estudando isso.

E também quero pedir para o Planejamento assumir os incentivos fiscais. O Secretário de Indústria, Comércio e Minas e Energia veio aqui me apresentar, depois de 3 anos, os incentivos fiscais de Mato Grosso. Eu fiquei extremamente triste, porque, no ano passado, no Orçamento, tinham R\$1.800 milhões para garantir os incentivos fiscais. Então eu quero dizer ao Planejamento que o que é incentivo fiscal para alguns, pode ser renúncia fiscal para outros. Depende do conceito de cada um. E eu quero pedir a vocês que assumam para si essa questão do incentivo fiscal. Não deixem nas mãos da Secretaria de Indústria, Comércio e Minas e Energia, não. O que interessa a esta comandar os incentivos fiscais? O que interessa à Secretaria de Fazenda? Quem deveria discutir incentivo fiscal é o Planejamento. E aí eu quero que vocês comecem a assumir essa bandeira dos incentivos fiscais. E se um Deputado fizer um requerimento, querendo saber sobre os incentivos fiscais, que o faça para o Planejamento. Sabem o que aconteceu comigo? Eu tive que ir de Secretaria em Secretaria, atrás dos incentivos fiscais. Isso é um absurdo! Isso é falta de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

planejamento. E não é culpa de vocês, é de todo um corporativismo que existe no Governo, mas que tem que acabar.

Uma outra coisa que eu quero colocar aqui também é que se fala em crise, mas daquilo que se arrecadou no quadrimestre foram gastos somente 28% em pessoal. Quer dizer, no quadrimestre geralmente coloca-se 33,33%, e gastou-se 28%. O Governo, hoje, tem um limite de 49% para pessoal. Um limite razoável, legal, de risco é de 46%. O Governo, hoje, está com 38% para pessoal. Eu acredito que, como se está gastando aquém daquilo previsto, vai cair para 34%, 35% em pessoal no ano que vem. E nós vemos algumas categorias, realmente, que não tiveram garantidas suas perdas salariais nem do Governo Blairo Maggi. Então eu quero que o Planejamento veja isso. Eu acho que essa questão tem que ser vista. Na verdade, é um direito básico do servidor público.

Quanto aos juros e encargos da dívida, no quadrimestre gastou-se 34%. Quer dizer, gastou-se mais do que deveria ter gastado, mais do que a previsão. A previsão teria que ser 33% daquilo que foi planejado. Gastou-se 34% da dívida.

Então vamos lá! O que eu quero colocar... Naquela hora, o que eu queria colocar, mas ela estava explanando, é o que eu vou deixar um pouco mais claro para vocês aqui, é algo que me deixa um pouco angustiado: Dívida Consolidada - R\$5.700 milhões. É o saldo do exercício anterior, até dia 31/12. Foi de R\$5.700 milhões de reais a dívida consolidada. As Deduções - R\$1.004 milhões de reais. Vejam bem, eu perguntei e quero que o Planejamento me traga essa explicação. A dedução é metodologia do FMI. Essa redução, o ativo disponível pressupõe: “Será que tem dinheiro em caixa?” Porque a dívida consolidada menos a dedução, que é dinheiro em caixa, que é R\$1.004 milhões, dão R\$4.700 milhões de reais. Daí você pega e vê que a dívida consolidada foi 134% do PIB, dia 31/12. Desculpem-me, desculpem-me. A dívida consolidada líquida sobre a receita consolidada líquida foi de 111%. E depois do primeiro quadrimestre caiu para 96%. Olhem, num quadrimestre a dívida consolidada líquida caiu 15%. Pronto! E aí? Quer dizer, cai a despesa com pessoal, cai a dívida consolidada líquida, cai tudo. Quer dizer, a sensação que eu tenho como cidadão, como homem público, é que o Governo está pagando a dívida, está reduzindo salário de servidor público e está fazendo contingenciamento em todos os setores, fazendo discurso da crise. O Planejamento tem que fazer uma reflexão sobre isso.

Daí este mesmo Governo... É aí que eu peço: nós vamos ter que fazer um planejamento mais bem definido. Este mesmo Governo fala: “Vamos cortar despesas.” Daí vai lá na ponta, lá na ponta, 4,96% em assistência social! O Planejamento deixou aplicado dos 33% do quadrimestre, só 4,96% em assistência social?! Em saúde, 22%. Dos 33%, daquilo que era previsto, a dotação inicial e a dotação atualizada, só aplicou 22% daquilo que era para aplicar durante o ano todo.

Vocês estão entendendo o que eu quero colocar? Dos 100%, aplicou só 22%. Vocês estão aplicando bem aqui, daquilo que é legal para a saúde! “Não, pessoal, mas nós vamos aplicar mais no segundo semestre.” Mas cadê o planejamento? Não é para manter uma dotação mensal dentro daquilo que é previsto?

Educação, 22,91%! Dos 33% do quadrimestre, foi feita uma previsão de 684 milhões para a educação. Investiu até agora 163 milhões.

Eu quero aqui dizer para o Planejamento: nós viemos para fazer mudanças, para mudar paradigmas. Como que nós não estamos cumprindo nem os 25% da educação, para no final do ano virar a farra do Orçamento, não é de vocês, mas é deles, não sei de onde. Por que estão contingenciando a saúde e a educação agora, se tem até aquilo que é direito constitucional?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Então, quando ela mostrou todos aqueles encaminhamentos ali, eu fiquei um pouco irritado. É muito bonito o discurso, mas na prática a coisa não vai.

Direitos da cidadania, já se aplicam pouco, mas estão aplicando 2%. Daí no Planejamento: “Ah, o meu papel não está aqui.”

No Planejamento, sabem quanto ficou para a comunicação social? 50%! Metade do orçamento da comunicação social, para a imprensa, para discursar, para dizer que o Governo está bem junto a imprensa do Estado de Mato Grosso, metade do dinheiro já foi gasto, 50% do dinheiro já foram gastos! E o Planejamento deixou isso.

Daí vocês disseram o seguinte: “Olha, nós não podemos tirar dinheiro da Fonte 100 para fazer contrapartida.” Falou desse jeito para a Deputada Verinha Araújo. Olha, gente, vocês têm consciência de duas coisas que estão erradas no orçamento da educação, que é não incluir o Imposto de Renda Retido na Fonte para o orçamento da educação. Isso é um absurdo! O Planejamento tem que bater o martelo e falar que isso não pode acontecer mais. E a outra questão é professor aposentado - professor aposentado - estar dentro do orçamento da educação! Isso tem que ir para o fundo previdenciário que, aliás, eu cobrei do Governador a criação desse fundo previdenciário. Ora, o servidor da educação está dentro do orçamento da educação? Aí eu concordo. Não vamos tirar dinheiro da Fonte 100 porque senão pode complicar a nossa dívida. Mas também não é justo nós pegarmos aquilo que é de direito da educação! Talvez o dinheiro da própria educação poderia ser a contrapartida. Está havendo alguns erros de conceitos.

Eu não sou economista, eu não sou da área, mas está havendo alguns erros de conceitos do Governo, aí não é culpa dos técnicos. A culpa é política, é uma visão equivocada política que está tendo aí.

O que eu quero colocar para todos aqui, fazendo essas observações, dizer que se você perguntar se a economia está bem, ela está. Há toda uma questão aqui, os limites, ela está bem. Você pega aí, hoje... Nós pegamos, Deputado João Malheiros, mas se você observar, por exemplo, eu tenho uma sensação de que o Governo está... Eu quero aqui colocar...

Despesa com pessoal, essa parte econômica está indo bem, mas eu acho que está havendo mudanças que têm que reavaliar. Está indo bem, assim: despesa com pessoal está aplicando 38%, sendo que o limite máximo é de 49 e o limite prudencial é de 46. Dívida consolidada líquida chega a 96% do limite definido pela resolução do Senado, que é duas vezes o PIB. Limite definido em Resolução do Senado para garantias e valores é de 0,11%, 22. Eu perguntei na semana passada por que não aceitou aquele financiamento da Prefeitura de Cuiabá, e ainda não me responderam, de R\$50 milhões, onde o Estado poderia ser o avalista em todo um financiamento que o Prefeito Wilson Santos pediu, de R\$50 milhões, para o saneamento básico, para esgoto de Cuiabá.

Operações de crédito do Governo não tem. Enfim, se eu tiver alguma dúvida, depois eu faço outros questionamentos. Por enquanto é só.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Deputado João Malheiros, eu só quero deixar registrado, já que a população mato-grossense nos assiste pela TV Assembléia, o Governador não está vendendo crise, o Governador alerta, isso é obrigação dele como homem público, já que é a primeira gestão que os governadores terão que cumprir, na íntegra, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, nós não pode... Trabalhamos os outros anos, o primeiro ano nós tínhamos uma previsão de R\$250 milhões de déficit no dia 31 de dezembro, apertamos, implementamos contenciamento em Mato Grosso pela primeira vez em 2003 e fechamos o ano com R\$32 milhões negativos. No outro ano, nós fechamos com R\$5 milhões positivos. No ano passado, fechamos com R\$47 milhões negativos e não podemos correr o risco de... Talvez, nós iremos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

arrecadar e deixar resto a pagar para o ano que vem. A Lei de Responsabilidade Fiscal não permite, é obrigado a zerar o orçamento.

Então, o Governador só tem alertado. E, na verdade, a determinação, os cortes que são feitos na Secretaria é o mínimo de responsabilidade para conseguirmos zerar o orçamento que não seja no dia 31 de dezembro. Temos uma projeção, hoje, calculada, que, se não fizéssemos nada, nós fecharíamos o ano com R\$160 milhões negativos E aí tem as possibilidades, contenciamento dos fundos, contenciamento dos custeios e investimento do Estado, temos a busca à Lei Kandir que ano após ano está caindo esse repasse da Lei Kandir. Há uma previsão, se for aprovada a Reforma Tributária que está lá, de não ter mais Lei Kandir para o ano que vem. Quer dizer, os Estados exportadores serão prejudicados porque não serão compensados por exportar e à exportação a alíquota é zero. Ou seja, há uma preocupação muito grande do Governador de ser responsável com a gestão do Estado.

Em relação à questão dos incentivos fiscais, Deputado Zé Carlos do Pátio, os Senhores aprovaram a criação do CONDEPRODEMAT, que é o Conselho Deliberativo dos Programas e Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, que está sob a responsabilidade minha. E quero aproveitar a oportunidade, Srs. Deputados aqui presentes, Zé Carlos do Pátio, João Malheiros e Verinha Araújo, o CONDEPRODEMAT reúne-se mensalmente, foi uma forma que o Governo encontrou para trazer para uma única discussão, para estabelecer uma única política de incentivo do Estado e todas as Secretarias que tinham seus fundos, seus incentivos isolados, aproveitar a oportunidade para dizer à Assembléia Legislativa que ela é o único órgão que não mandou representante ainda para o Conselho. Nós estamos reunindo já há um ano, todo mês há uma reunião para deliberação do que deverá ser encaminhado. E nós apresentamos ao Tribunal de Contas e à Assembléia Legislativa um plano de trabalho e é onde esperamos, Deputado Zé Carlos do Pátio, ter o controle cem por cento de todo incentivo, dos concedidos, dos pagamentos, dos novos que irão ser concedidos, todo esse controle para 2008. Foi a propositura que nós fizemos ao Tribunal de Contas, foi aceito por aquela Casa e nós encaminhamos uma cópia à Assembléia Legislativa. Nós esperamos cumprir esse prazo com esses encaminhamentos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Secretário, até porque Vossa Excelência é uma pessoa extremamente, uma pessoa que tem uma vontade política de fazer as mudanças, por que, então, demorou tanto tempo para mandar essa relação dos incentivos fiscais se esse Conselho está funcionando? E quero deixar registrado nesta Audiência Pública um repúdio à própria Assembléia Legislativa por não ter provocado à representatividade desta instituição nesse Conselho ainda.

Mas eu pergunto: Por que demorou três anos para mandar essa relação que eu estou colocando minha assessoria, agora, para estudar? E ficou aí três anos e meio como uma caixa-preta, sem ninguém saber onde estavam os incentivos, para que seria. A pergunta que eu faço a Vossa Excelência é a seguinte: Quem me entregou foi o Secretário de Indústria e Comércio, mas quem desenvolveu essa relação foi Vossa Excelência, foi o Conselho ou foi o Secretário de Indústria e Comércio, se o CONDEPRODEMAT está funcionando?

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Não, na verdade, a relação encaminhada ao senhor foi do Secretário Furlan. Nesse momento nós estamos juntando todas essas informações. Então, o Secretário Furlan, no dia em que encaminhou para o senhor, da Secretaria de Indústria e Comércio, ele encaminhou para mim também como Presidente do Conselho. Nós estamos trabalhando com os outros, a SEDER e os outros que foram criados também. Quer dizer, nós passaremos a ter o controle desde a sua criação. Nós começamos a controlar. Mas esse estoque,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

esse levantamento, ele ainda vem sendo feito pelas Secretarias, e num prazo muito curto nós teremos o controle total dele, para estabelecer uma política única.

Em relação à questão da arrecadação que foi colocada pelo senhor e também pela Deputada Verinha Araújo, em relação a pessoal, vale ressaltar que quando encaminhamos o orçamento para o ano, vamos demonstrar para os senhores a nossa angústia no dia de hoje. Porque, na verdade, quando o senhor comparou os valores do ICMS arrecadado nesse primeiro quadrimestre e do ano passado, a diferença é pequena, mas aí, como é que nós vamos executar esse orçamento, como é que gastamos esse recurso? Nós tivemos um incremento de cinco ponto zero cinco de pessoal para este ano, tivemos aumento de repasse dos Poderes, tivemos a dívida, como a Inês colocou aqui, e ela é calculada com doze meses para traz daquilo que você vai executar. Quer dizer, tira dois meses. Na verdade, são quatorze, tira dois, você vai trabalhar com doze. Então, muitas vezes você está num momento de dificuldade, mas ainda está numa projeção positiva. É por isso que você acaba tendo que pagar a mais.

Em relação à execução, a lei estabelece, Deputado Zé Carlos do Pátio, a execução dos 12% da Saúde, de 25% da Educação no ano. Se nós pararmos para pensar, o Orçamento foi aberto no mês de março. O primeiro quadrimestre é o momento em que se faz as licitações, em que se procedem as aquisições. Então, no primeiro quadrimestre sempre se gastará menos. Nunca você conseguirá gastar o total. Diferentemente é na Comunicação, porque, como a Comunicação fez uma licitação por um prazo de quatro anos, na hora em que abre o Orçamento, ela já empenha tudo que vai gastar durante o ano. Por isso é que tem esse percentual em relação à Comunicação. Agora, o que vale ressaltar é a execução dos 12%, dos 20% para a Educação, dos 12% para a Saúde, ao longo do ano. No final do ano, nós temos a obrigação de garantir a sua execução.

Com relação - eu já acabei falando da dívida - ao Imposto de Renda, vale ressaltar que o Governo do Estado fez uma consulta ao Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar desta Casa, e o Tribunal de Contas emitiu uma resolução autorizando o Governo do Estado de Mato Grosso - e muitos outros Estados estão trabalhando a implementação dessa Resolução também - a deixá-lo de fora, porque na visão do próprio Tribunal de Contas é apenas contábil a composição do Imposto de Renda para a Saúde e para a Educação. Então há uma orientação do Tribunal de Contas de que na elaboração do Orçamento deixe de fora o Imposto de Renda para a Saúde e para a Educação, assim como para a UNEMAT, automaticamente, para a FAPEMAT e para o CEPROTEC.

Com relação ao fundo previdenciário, ele foi questionado agora, na semana passada, na aprovação das contas do Governo, pelo Tribunal de Contas. E o Secretário Geraldo De Vitto convocou para esta semana uma reunião com todos os Poderes. Nós já estamos com o projeto de lei que trata do fundo previdenciário nesta Casa. Agora, há a necessidade de haver um entendimento com todos os Poderes. Nós temos que aprovar esse Fundo. Da parte do Executivo, já está aqui o projeto de lei, mas nós entendemos que da parte dos outros Poderes ainda há uma discussão de como se procederá esse fundo previdenciário único. E isso não é somente em Mato Grosso. No Brasil inteiro, neste momento, está ocorrendo a mesma discussão.

O SR. ARNALDO ALVES - Eu só queria acrescentar, Deputado, que nós estivemos no Ministério da Previdência, junto com a STN e com a SOF, que são os dois instrumentos de orçamento, a Secretaria de Orçamento e a Secretaria do Tesouro Nacional, para que houvesse um entendimento, e o maior empecilho, neste momento, são os demais Poderes. O fundo previdenciário foi criado para que se tenha um único fundo, porque todos os Poderes estão acoplados. Existe já uma inconstitucionalidade colocada no Senado e outra na Câmara dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Deputados por parte dos outros Poderes, porque eles entendem que cada um tem que ter o seu próprio fundo. Eles não vão se acoplar, e com isso rebateram só os Estados. Então os Estados também não estão fornecendo.

Não tem como criar esse fundo da forma como está. Por isso o Governo mandou, até porque nós temos um prazo que foi postergado em mais um ano, que era outubro do ano passado. E Nós conseguimos, foi o Estado de Mato Grosso que conseguiu, com o Willian e Luiz Marcos, nós estivemos em Brasília, juntar pela primeira vez - os senhores podem se assustar - numa mesma mesa a STN, a Secretaria de Orçamento e o Ministério da Previdência para discutir o que se queria do fundo.

Já vinham querendo aumentá-lo ele há vários anos. Não é isso, Willian? E nunca sentaram-se à mesa. Então foi provocada uma reunião, quando chegaram à conclusão de que era impossível ser executado o fundo a partir de outubro de 2005, sendo postergado em um ano. E do jeito que vai o andar da carruagem, não vai fazer dessa mesma forma, porque existe uma contestação dos demais poderes quanto à criação do fundo único.

Então esse é um processo do qual eu gostaria que os senhores se inteirassem também, porque é importante que esta Casa também se posicione.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero colocar que eu estive mais de três vezes com o Governador Blairo Maggi e estive também com o Governador Dante de Oliveira, na época. Aliás, eu quero até colocar aqui que você falou do Governador Dante de Oliveira. O Governador Dante de Oliveira pagava 34% da Receita Corrente Líquida em dívida intralimite. Eu fiz oposição durante quatro anos a ele, mas foi ele que negociou essas dívidas. Hoje, se nós pagamos esse valor, é por causa dessas negociações que aconteceram anteriormente. E nós lamentamos profundamente que mesmo pagando uma dívida menor, que foi renegociada, nós não conseguimos ver política social no Estado. Mas nós estamos falando do fundo único previdenciário.

Eu já conversei com a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e cobreí dela uma posição, do Deputado Silval Barbosa e do Deputado Riva, e eles falaram que, se o Governador provocar a criação do Fundo, porque primeiro tem que o Governador criar o fundo... Teve uma confusão nessa licitação de quem é que assumiria o fundo, se seria o Banco do Brasil ou se seria uma empresa, e demorou demais para conduzir isso daí. Só isso demorou uns 2, 3, anos. Mas quem é que vai assumir... O Governo tem que, primeiro, criar o fundo no Executivo - disso eu tenho conhecimento de causa - para depois os outros poderes participarem desse fundo. Se o Governo do Estado sequer criou o fundo, como é que vai cobrar dos outros Poderes?

Então, eu quero aqui colocar que, se o Governador Blairo Maggi criar um fundo único previdenciário, vai ser um efeito dominó, porque, na verdade, um fundo único previdenciário é uma alternativa de transparência da previdência do Estado de Mato Grosso, e nós vamos trabalhar e construir essa transparência.

Eu conversei muito sobre isso com o Governador. E eu tenho certeza de que o Governador... Eu sou um político crítico ao Governador, um Deputado crítico ao Governador, mas nessa questão eu tenho de ser solícito com ele. Nesse sentido, ele foi solidário com a criação do fundo único.

Só que eu acho, e aqui quero fazer uma crítica não ao planejamento, não sei a qual setor, de que está sendo muito morosa, muito demorada a criação desse fundo único previdenciário.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Na verdade, Deputado, o que o Arnaldo colocou não é uma objeção dos Poderes do Estado. A reunião foi feita em Brasília. É o Poder Judiciário, é o Tribunal de Justiça...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

(O DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Mas não há ainda uma orientação em nível de Brasil.

Nós não vamos conseguir dar encaminhamento nenhum aqui, enquanto não tiver um acordo em nível de Brasil, Governo federal, Tribunal de Justiça. Ainda não há uma decisão. É essa a discussão que está sendo feita, neste momento. Assim que eles decidirem, os Estados encamparão isso automaticamente, todo mundo. O problema ainda é em nível federal.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não, Secretário. Ele me perguntou em nível de Estado, se nós da Assembléia Legislativa tínhamos tomado alguma posição em referência a isso, e eu coloquei para ele que a Assembléia Legislativa apóia a criação do fundo único previdenciário. Eu fui um dos que cobrou à Mesa Diretora, dizendo que era necessário trabalhar com o Governo do Estado na criação do fundo único previdenciário. É uma forma de termos transparência na previdência do Estado de Mato Grosso, de todos os Poderes.

Era só isso. Eu estou justificando em cima do que ele questionou, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Yênes Magalhães.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Na verdade, eu recebi, Deputado João Malheiros, do Secretário De Vitto, e foi solicitada uma reunião com todos os Poderes ainda esta semana para dar encaminhamento nessa questão.

Por último, a questão do saneamento. Nós temos que deixar bem clara uma coisa: em Mato Grosso foi municipalizado o saneamento. Não temos obrigação nenhuma de colocarmos um centavo no Orçamento do Estado em saneamento, mas mesmo dessa forma o Governador Blairo Maggi esteve junto com o Prefeito Wilson Santos, com o Prefeito Ricardo Henry, com o Prefeito Adilton Sachetti, com o Prefeito Murilo Domingos, estiveram no Congresso Nacional, estiveram na Secretaria do Tesouro Nacional pedindo autorização, porque nós temos condições. Nós temos, através do FETHAB, condições de honrar e ser avalistas dos cinco maiores municípios de Mato Grosso, mas a Secretaria do Tesouro Nacional não aceitou nem conversar sobre essa situação. Quer dizer, eles não aceitaram, são intransigentes. Nós entendemos que há necessidade, sim, de uma ação política dos nossos Deputados Federais, dos nossos Senadores. A própria missão da Secretaria do Tesouro Nacional diz todo ano que vem aqui que este Estado é o que menos lhes preocupam, porque até agora vínhamos com uma arrecadação excessiva. Lógico que não tinha preocupação. Mas a partir do momento que a arrecadação vem de alguma forma prejudicar alguns serviços, automaticamente, isso vai começar a preocupá-los também. Então, vale ressaltar que o Governador Blairo Maggi buscou, tem buscado junto à Secretaria do Tesouro Nacional, junto ao Governo Federal.

Na semana passada, quando esteve reunido com o Presidente Lula, um dos assuntos colocados foi exatamente a questão de saneamento. Hoje, está sendo implementado um novo projeto, não mais o BIRD Pantanal, mas um projeto do Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o Governo do Estado de Mato Grosso, o Governo Estado de Mato Grosso do Sul, que deve se chamar Projeto Pantaneiro, que é a possibilidade de juntos, Governo Federal, Estado e municípios, implementarem projetos, recursos para saneamento, haja vista que o Governo Federal acabou de anunciar que conseguiu com o Banco Mundial 200 milhões de dólares que serão investidos nos próximos quatro anos no Brasil em saneamento. Sem dúvida alguma, nós precisamos estar com os projetos prontos, elaborados, e contar com o apoio do Governo Federal, porque da parte da Secretaria do Tesouro Nacional a posição é contrária, porque o Estado, hoje, não tem capacidade de endividamento.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Só uma questão, Secretário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Só um minutinho, Deputada.

Aquilo que nós tínhamos como capacidade de endividamento para 2008 na apresentação, na semana passada, a Inês colocou aqui já foi para 2010. Então, até 2010 Mato Grosso não tem capacidade de endividamento.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Só para reparar.

Na verdade, não é porque não há uma vontade política do Governo Federal em disponibilizar recurso para saneamento para o Estado de Mato Grosso. Ocorre que a nossa capacidade de endividamento está estrangulada. Por isso, ficamos fora.

Eu até falava aqui com o Dr. Sírio que eu acho que para o próximo mandato, independente de quem estiver no Estado, em nível de União, nós vamos trabalhar essa questão da repactuação dos contratos de dívidas, como o Governo fez com o FMI, com os organismos internacionais...

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Exatamente!

A SRª VERINHA ARAÚJO - ...a gente superou essa questão de investimento como gasto no pagamento de dívida, e a gente trabalhar isso dentro do Estado brasileiro, com os Estados, que hoje estão praticamente amarrados, sem poderem investir, por conta do estrangulamento da dívida.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Deputada Verinha Araújo, foi exatamente o que os 27 Governadores tentaram com o Governo Federal. O mesmo tratamento que o Banco Mundial deu para o Governo Federal, nós queríamos que também desse para os Estados. Não foi aceito nem discussão.

Eu disse da questão política, por quê? Na verdade, a definição de valores, de percentual para pagamento de dívida é resolução do Congresso Nacional. Então, se o Congresso tiver vontade, ele vai criar possibilidade política de discutir isso com o Governo Federal e adequar a uma nova realidade. É aquilo que a gente tem dito desde o primeiro dia de Governo: Mato Grosso repactuou a dívida para pagar em 40 anos e gostaríamos de pagar em 40, não menos, porque esse pagar menos significa pagar mais e cercear o direito da população durante 40 anos de ter serviço de melhor qualidade, de ter, principalmente, atendidas as políticas públicas sociais.

Então, a vontade política tem que existir no sentido de trabalhar o Congresso Nacional, de alterar a resolução que estabelece percentuais de pagamentos de dívida.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só quero fazer uma observação...

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Sr. Secretário...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - O senhor quer falar, pode falar...

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Eu só queria colocar que nós estivemos aqui na semana passada, o pessoal da Secretaria de Fazenda, na apresentação de metas, nós estamos participando aqui de mais uma Audiência Pública e os números, realmente, não estão muito de acordo. Eu já tinha falado com a Deputada Verinha Araújo, que eu tinha estranhado os números que nós estávamos trabalhando e o número que a Deputada está trabalhando, mesmo porque os números apresentados foram muito mais de orçamento do que fiscal, durante a apresentação do Secretário Waldir Teis.

Então, eu queria propor, com sua permissão, oferecer a equipe da SEPLAN à disposição da Mesa Diretora, a cada um dos Deputados, individualmente, para que a gente pudesse fazer essa série de respostas que o Deputado Zé Carlos do Pátio pediu, com a nossa equipe técnica, inclusive, cada caso, avaliando efetivamente qual é o valor que corresponde, qual é o percentual... Nós já estávamos discutindo desde aquela outra vez e parece que esses números estão trabalhando

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

em cima dos valores originais da LOA. Houve algumas questões de contingenciamento, talvez não tenha sido repassado, embora estejam disponíveis no *site* da SEPLAN, pode ser que não tenha o entendimento. É aquilo que a gente fala, para nós é muito fácil. Às vezes, quem entra a primeira vez não consegue nem acessar. Eu posso falar pela minha própria casa.

Então, eu gostaria de deixar, nesta oportunidade, a equipe técnica da SEPLAN, a equipe da Fazenda, a equipe da SAD, porque temos números da questão previdenciária, à disposição dos técnicos, da assessoria e dos Deputados, para que nós tenhamos, na próxima Audiência Pública, números mais parecidos. Se não eu vou ficar falando um número aqui, o Deputado Zé Carlos do Pátio tem outros números, a Deputada Verinha Araújo tem outros, e nós ficaríamos delongando muito sem ainda ter esses dados nas mãos. Vamos sentar à mesma mesa, os técnicos, e fechar esses números. Eu acho que vai não só valorizar toda Audiência Pública, como também vai dar uma unidade em termos dos números.

Se nós estivermos corretos, não interessa quem está correto, mas que o caminho seja mais para acertar os números, e então nós viremos identificar quais são os verdadeiros ajustes que têm que ser feitos, efetivamente, na política. É só isso que eu queria colocar como encerramento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só quero colocar também, para encerrar, o seguinte: primeiro, quando eu falei que não aplicou nenhum por cento em saneamento básico, eu quero colocar que isso é do recurso do Orçamento do Estado. No primeiro quadrimestre não aplicou nenhum por cento em saneamento daquilo que foi feito previsão orçamentária. É isso que eu quero dizer, fora essa questão do empréstimo. Primeiro, eu quero colocar isso.

Segundo lugar, eu quero colocar o seguinte: o que me deixa entristecido é que nós não estamos fazendo um planejamento do Estado em cima do IDH, em cima do Índice de Desenvolvimento Humano, em cima dos índices sociais. Se vocês observarem o Estado de Mato Grosso, na área de saneamento, nós somos o Estado que temos os piores índices sociais na área de saneamento, 35% da população de Mato Grosso não têm água tratada. Somente 30% da população têm esgoto sanitário! Para vocês terem uma idéia, tem municípios na região do Araguaia que 80% da população não têm banheiro em suas residência, 70% ou 80%! Então, não existe uma política de saneamento básico, o plano do Governo, o PPA do Governo, eu não sei, eu sinto que os índices são os piores da região Centro-Oeste.

Analfabetismo no Distrito Federal, 4%; analfabetismo em Mato Grosso, 12%; água tratada no Distrito Federal, noventa e poucos por cento; água tratada em Mato Grosso, 65%. Mas vocês falam: “Mas o Distrito Federal?” O Distrito Federal é considerado como Estado, é a localidade do País onde tem a maior migração de nordestinos. Para se ter uma idéia, tem cidade lá que tem dez anos, que tem mais de trezentos mil habitantes, como Samambaia, Recanto das Emas, Ceilândia, São Sebastião, Cidade Ocidental. Se vocês olharem, o Distrito Federal é uma cidade de três milhões de habitantes, e lá existe política de saneamento. E todos os índices sociais de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul é melhor do que o de Mato Grosso.

Então, o que eu sinto é que planejamento, e aí não é a questão dos técnicos, que os índices sociais, o IDH do Mato Grosso está sendo um dos piores. A média de escolaridade do mato-grossense é a pior da Região Centro-Oeste; mortalidade infantil, em cada mil que nasce vivo, 21,5, são os piores. Isso nós tínhamos que ter fortalecido no nosso planejamento. Eu sei que essas questões não são técnicas, são políticas de Governo, mas aqui um representante legal e técnico do Governo, que deveria estar conversando mais sobre isso daí, porque está aqui provado, gente! O Governo, no quadrimestre, não investiu na área social quase que nada. Se você olhar, na questão de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

abatimento das dívidas foi acima. E dizer que é pessoal, não é, porque está caindo o orçamento para pessoal, os índices sociais estão baixos e o Governo não está investindo no social.

Então, eu quero deixar essa reflexão. E a prova disso está na área de saneamento, que investiu zero por cento, segundo a planilha que eu recebi da Secretaria de Fazenda. Zero por cento no primeiro quadrimestre, daquilo que estava no planejamento dos quatro primeiros meses, daquilo que estava na Secretaria de Planejamento, investimentos durante o ano de 2006. Investiu zero por cento em saneamento.

Eu agradeço, Deputado João Malheiros... Aliás, quero fazer uma ressalva aqui: quando eu ganhei para Deputado Estadual - quero deixar isso registrado em Ata -, o povo lá da minha região, Rondonópolis, fez uma festa maior pela vitória do Deputado João Malheiros do que pela minha vitória. É interessante isso. Eu ainda vou saber por quê.

Eu agradeço, muito obrigado. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Olha que eu vou querer mais voto lá, Deputado Zé do Pátio. Desta vez eu vou querer muito mais.

O SR. ARNALDO ALVES SOUZA - Só para não ficar sem resposta em relação a saneamento, mais uma vez.

Na realidade, a nossa autonomia para fazer orçamento em saneamento fere a autonomia do Município. Nós não podemos fazer, de forma alguma, essa interferência como o próprio Governo Federal não pode fazer. Então, respeitando a questão federativa que existe ainda, por isso essa questão que estamos falando do plano em questão de saneamento básico, é muito maior do que temos condição de efetivamente resolver.

Agora, sobre a questão de pessoal, Deputado, nós temos escutado algumas vezes e seria muito interessante essa reunião, pois deixei de esclarecer isso, estão me cobrando aqui.

No contrato nosso com a STN, Secretaria do Tesouro Nacional, ele fixa número, contrato de empréstimo que eu acredito que todos os senhores têm, podem analisar, ele fixa números. E, dentre as duas prioridades em que nós somos cobrados uma multa - e tem que analisar todas as outras -, porém, duas que precedem, que não precisa nem analisar as outras quatro componentes, uma delas é a questão do pessoal, onde ele fixa o pessoal, aproximadamente, em dez por cento abaixo. É o valor que ele já estipulou que tem que pagar com a dívida. Então, se o senhor ler no contrato, uma das prioridades que têm é efetivamente a fixação do custeio com pessoal em torno de cinquenta por cento. É negociado ano a ano, tem nova projeção em função de que possa diminuir a dívida e sobrar mais recursos para pagar pessoal.

Então, eu acho interessante a questão da Assembléia Legislativa estar querendo se envolver com essa resolução do problema da dívida. Para nós do Estado é fantástico. Estamos aqui há três anos e realmente não conseguimos avançar. O rigor da STN é superior ao rigor das políticas, porque aqui não foi falta só de vontade política. Porque junto com o Governador, junto com os representantes do Estado, estiveram presentes na STN Deputados Federais e Senadores. Então, não foi só falta de vontade política, não. Senão, fica parecendo que os políticos não se interessaram pelo fato. Estiveram lá, foram presentes, mas, nessa negociação com a dívida, a questão da STN é soberana.

Então, fica registrado, só para que nós possamos, nessa discussão que propusemos a fazer, dizer que embora a Lei de Responsabilidade Fiscal fixa em sessenta por cento o pagamento com pessoal, o contrato da dívida fixa em, aproximadamente, hoje, cinquenta por cento. O que representa para o Estado algo em torno de trinta e nove por cento, porque os Poderes tem onze. Mas,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

mesmo assim, como normalmente os Poderes têm ultrapassado onze, tem diminuído, inclusive, o valor prudencial do Estado.

Então, fica mais essa questão para que, tecnicamente, nós possamos analisar em conjunto, os técnicos com os técnicos dos senhores Deputados.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Exatamente isso que eu ia colocar, que nós temos insistentemente falado, mas a proposição de uma reunião dos senhores Deputados - nós vamos oficializar essa solicitação ao Presidente desta Casa -, ela é da maior valia. Porque essa questão do pessoal, toda vez ela vem à baila. E foi bom o Arnaldo ter colocado esse dez por cento a menos que a Secretaria do Tesouro Nacional estabelece para o Estado. Então, na verdade, nós falamos 49%, mas não são 49%, são 39% para o Executivo. É por isso que nós estamos no 38%. E se a arrecadação cai, automaticamente, esse percentual pode ultrapassar. Então, é uma margem prudencial.

Em relação, Arnaldo, ao que o Deputado colocou aqui, que eu não tinha entendido e acho que você também não entendeu, é que no Orçamento nós não podemos trabalhar saneamento porque é uma ação municipalizada. Mas existe um percentual, um valor pequeno, que é para saneamento para o único município que ficou por causa do pagamento da dívida, do Refis da SANEMAT, que é Alto Garças. Mas o recurso que tem é para ser aplicado lá. Tem que se garantir a execução dele ao longo do ano. Isso será executado, sem dúvida alguma. Não tem nem como remanejar. Mas a SANEMAT hoje existe, quer dizer, existe uma pessoa, um liquidante, apenas para garantir o cumprimento do Refis, que é do pagamento do refinanciamento da dívida da SANEMAT.

O SR. ARNALDO ALVES - Secretário Yênes, só para acrescentar, é pagamento disso e das despesas jurídicas, porque nós temos muitas ações, tanto na área trabalhista quanto na área de decisões judiciais e débitos da SANEMAT, como um todo.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Tudo bem.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só quero colocar o seguinte: Política de saneamento não existe pacto federativo. Não existe nada. Política de saneamento é questão de compromisso político, independente se é Estado, se é União, se é Município, Secretário.

O que eu quero colocar ao senhor é o seguinte: O Governo tem que ter uma política de saneamento. O pouco que ele teve, nem aplicou. Se for só para isso, eu lamento, é pior ainda. Porque eu achei que fosse para a política de saneamento básico. O Governo tem que ter política de saneamento básico. Isso é um absurdo. Há uma necessidade de ter política de saneamento básico, está entendendo? Independente se municipalizou, nós não podemos lavar as mãos. Eu, como Deputado Estadual, vou chegar agora no Município do Araguaia - aliás, o Araguaia está aqui, pode ser de Confresa -, eu vou chegar em Confresa e falar o seguinte: Olha, gente, isso não é política do Estado de saneamento. Isso é política do Município. Virem-se, deixem o município resolver.

E aí que eu quero dizer que o Governo, um gestor público, tem que saber estipular prioridades, inclusive melhorar os IDHs. Por exemplo, hoje, um dos maiores problemas de doença é a água, é o esgoto sanitário, independentemente se municipalizou. E vocês sabem que os municípios pegaram muitas atribuições e têm pouca receita. Nós temos que criar política de saneamento. É isso que eu quero colocar. Olha, mas por ter municipalizado, o Governo do Estado não tem responsabilidade nenhuma. Isso não pode! Isso não pode existir nunca. Nós temos que começar a assumir essa questão. É isso que eu quero colocar e deixar claro para vocês. Mas eu acho que é um debate que tem que ser travado, não agora, depois do dia 30 de junho agora. Muito obrigado.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Deputado João Malheiros, a municipalização do saneamento, do serviço de água, foi votado por esta Casa, é o único Estado no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Brasil que é 100% municipalizado. É uma decisão política, é uma decisão de Governo, é uma decisão de Governo.

Agora, assim mesmo, se nós trabalharmos a questão de segurança pública, é uma obrigação do município? Não é. Não é uma obrigação do município, é uma obrigação de Estado.

Então, existe um pacto federativo, o que é responsabilidade de cada um. O que eu disse: mesmo não sendo obrigação do Governador Blairo Maggi, estamos buscando, através de convênio, através de parceria com o Governo Federal, com o Banco Mundial, através de consórcio, ver o que nós podemos fazer para investir em saneamento. O Governador Blairo Maggi não está alheio a essa necessidade. Ele até, se fosse Governador na época, talvez não teria municipalizado, porque entendemos que o Governo do Estado deveria continuar cumprindo esse papel, porque com a municipalização raros municípios, com exceção de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, talvez uma meia dúzia de município, os pequenos não têm condições de manter o serviço e qualidade de realmente executar o saneamento.

Eu quero agradecer a oportunidade, Deputado João Malheiros, e dizer que o Governo do Estado está trabalhando suas políticas públicas em cima de IDH sim. Nós estamos trabalhando o Estado de forma regionalizada, levando em consideração o IDH na saúde, na educação, na segurança, em todos os setores. Sempre se prioriza onde existe o menor índice de desenvolvimento humano.

Vale ressaltar que se nós levarmos em consideração a questão tão essencial colocada aqui nesta Audiência, que é a questão do saneamento, o Governo do Estado fez uma solicitação ao Tribunal de Contas e obteve um parecer favorável de usarmos 3% dos 12% da saúde para saneamento, porque aí definitivamente o Governo do Estado estaria investindo em saúde, em profilaxia e não em ação corretiva, em hospitais e investir na doença como ocorre hoje. Só que o Conselho Nacional de Saúde não aceita, é intransigente nesse ponto.

Então, um ponto que tem que ser mais discutido por todos e buscar junto ao Governo Federal, que o Conselho Nacional de Saúde aceite que os 12%, hoje, que estão amarrados para a Saúde, que 3% possam ser realmente investidos em saneamento, investidos na saúde e não na doença, como ocorre hoje na aquisição de ambulância, de remédios de hospitais, em que você acaba investindo na doença e não na saúde.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Eu quero dizer que nós estamos aqui hoje nesta Audiência Pública cumprindo determinação da Lei Complementar nº 101, discutindo o Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária anual.

Eu quero deixar dois registros - eu quase não falei, não falei nada, não intervim, fiquei quieto -, primeiro, dizer da equipe técnica do Governo, capitaneada pelo meu querido companheiro e amigo Yênes Magalhães, que vocês não foram extremamente competentes só hoje. Vocês nos têm dado, principalmente a este Deputado, durante um longo tempo, três anos que fomos relator da LOA, relator do PPA, uma ajuda imensurável.

Nós já analisamos junto, com a grande maioria que está aqui, dias e dias, já almoçamos juntos, onde discutíamos e procurávamos acatar o maior número possível de emendas dos Srs. Deputados.

Esses dois registros, um registro é esse.

O art. 549, no § 5º, eu conheço bem esse Regimento, porque o Regimento da Câmara, Deputado Zé Carlos do Pátio, foi feito por nós como relator e eu era diretor na época aqui e aproveitei das condições que tínhamos aqui para fazer. Então, o nosso Regimento é muito parecido com este aqui e quero dizer que por dois motivos nós deixamos as réplicas, as tréplicas exacerbadas,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE
AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2007, REALIZADA
NO DIA 26 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

grandiosas e, no meu entendimento, produtivas, por duas razões, primeiro, porque confiamos plenamente na transparência do Governo Blairo Maggi e segundo porque respeitamos de maneira extrema os Deputados que fazem oposição nesta Casa, notadamente os que estão aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio e Deputada Verinha Araújo, para que nós pudéssemos, aí, sim, discutir à exaustão, como foi hoje. Somente dois deputados levaram 1 hora e 45 minutos discutindo, quando o Regimento determina que são três minutos para a pergunta, três minutos para a resposta e três minutos para a réplica dos senhores Deputados.

Nós não fizemos isso. Fizemos como aquele juiz das seleções que estamos vendo aí, não aplicamos, em nenhum momento, cartão amarelo, nem cartão vermelho, deixando que o jogo transcorra da forma mais democrática possível.

Quero dizer com isso que nós estamos satisfeitos de poder ter levado essa Audiência Pública no maior alto nível possível, desejando que o povo de Mato Grosso que nos assiste, possa ter com isso assimilado bem e entendido que esta Casa de Leis, juntamente com os Srs. Deputados, juntamente com o Poder Executivo procura, irmanados num só pensamento, a melhoria do povo mato-grossense.

Então, eu quero encerrar, desejando a todos um bom final de tarde.

Está encerrada a presente Audiência Pública. E sucesso para o nosso jogo amanhã (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques.